

Informações Trimestrais

30 de Setembro de 2013



Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	7
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	9
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	85
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	66.303
Preferenciais	8.309
Total	74.612
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	3.707.916	3.770.548
1.01	Ativo Circulante	901.692	991.045
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	160.541	192.602
1.01.02	Aplicações Financeiras	11.515	6.761
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	11.515	6.761
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	11.515	6.761
1.01.03	Contas a Receber	583.470	677.858
1.01.03.01	Clientes	583.470	677.858
1.01.04	Estoques	8.053	6.324
1.01.06	Tributos a Recuperar	95.576	56.942
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	95.576	56.942
1.01.07	Despesas Antecipadas	7.998	1.688
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	34.539	48.870
1.01.08.03	Outros	34.539	48.870
1.01.08.03.01	Recursos CDE	1.996	0
1.01.08.03.02	Serviços em Cursos	11.731	13.014
1.01.08.03.03	Outros Ativos Circulantes	20.812	35.856
1.02	Ativo Não Circulante	2.806.224	2.779.503
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	908.130	942.058
1.02.01.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	451	2.803
1.02.01.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	451	2.803
1.02.01.03	Contas a Receber	166.605	245.597
1.02.01.03.01	Clientes	166.605	245.597
1.02.01.06	Tributos Diferidos	357.414	379.046
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	357.414	379.046
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	383.660	314.612
1.02.01.09.03	Impostos e Contribuições a Recuperar	17.077	17.689
1.02.01.09.04	Depósitos Judiciais	43.319	36.865
1.02.01.09.05	Entidade Previdência Privada	769	0
1.02.01.09.06	Concessão do Serviço Público (Ativo Financeiro)	320.337	257.900
1.02.01.09.07	Outros Ativos Não Circulantes	2.158	2.158
1.02.02	Investimentos	2.734	2.734
1.02.04	Intangível	1.895.360	1.834.711
1.02.04.01	Intangíveis	1.895.360	1.834.711
1.02.04.01.01	Contrato de Concessão	1.895.360	1.834.711

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	3.707.916	3.770.548
2.01	Passivo Circulante	995.507	938.865
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	28.473	23.043
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	28.473	23.043
2.01.02	Fornecedores	279.155	348.452
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	279.155	348.452
2.01.03	Obrigações Fiscais	98.026	106.177
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	98.026	106.177
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	98.026	106.177
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	433.945	277.251
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	420.244	173.501
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	418.777	172.266
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	1.467	1.235
2.01.04.02	Debêntures	13.701	103.750
2.01.05	Outras Obrigações	145.765	166.755
2.01.05.02	Outros	145.765	166.755
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	186	4.114
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	20.265	18.785
2.01.05.02.05	Entidade Previdência Privada	15.391	16.298
2.01.05.02.06	Outros Passivos Circulantes	109.923	127.558
2.01.06	Provisões	10.143	17.187
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	10.143	17.187
2.01.06.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	3.564	8.362
2.01.06.01.04	Provisões Cíveis	6.579	8.825
2.02	Passivo Não Circulante	1.265.009	1.435.768
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	768.472	946.716
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	408.939	587.417
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	405.790	583.645
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	3.149	3.772
2.02.01.02	Debêntures	359.533	359.299
2.02.02	Outras Obrigações	437.633	438.169
2.02.02.02	Outros	437.633	438.169
2.02.02.02.03	Fornecedores	27.534	26.030
2.02.02.02.04	Taxas Regulamentares	23.568	43.213
2.02.02.02.05	Entidade Previdência Privada	364.597	347.306
2.02.02.02.06	Outros Passivos Não Circulantes	21.934	21.620
2.02.04	Provisões	58.904	50.883
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	58.904	50.883
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	1.428	1.467
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	20.197	18.416
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	37.279	31.000
2.03	Patrimônio Líquido	1.447.400	1.395.915
2.03.01	Capital Social Realizado	590.174	590.174
2.03.02	Reservas de Capital	558.080	558.080
2.03.04	Reservas de Lucros	401.262	412.444
2.03.04.01	Reserva Legal	118.035	118.035

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	14.214	14.214
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	11.337
2.03.04.10	Outras Reservas de Lucro	269.013	268.858
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-59.135	-122.314
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-42.981	-42.469

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	741.872	2.362.471	826.796	2.434.115
3.01.01	Receita Bruta	1.053.478	3.303.187	1.176.848	3.558.725
3.01.02	(-) Deduções da Receita Bruta	-311.606	-940.716	-350.052	-1.124.610
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-613.598	-1.902.161	-670.486	-1.890.852
3.03	Resultado Bruto	128.274	460.310	156.310	543.263
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-110.099	-300.966	-162.069	-472.917
3.04.01	Despesas com Vendas	-62.454	-177.312	-123.654	-359.063
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-47.645	-123.654	-38.415	-113.854
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	18.175	159.344	-5.759	70.346
3.06	Resultado Financeiro	-23.447	-71.732	-30.778	-80.813
3.06.01	Receitas Financeiras	23.959	85.646	19.619	78.522
3.06.02	Despesas Financeiras	-47.406	-157.378	-50.397	-159.335
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-5.272	87.612	-36.537	-10.467
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-1.563	-24.432	3.596	2.010
3.08.01	Corrente	13.202	-2.536	5.197	678
3.08.02	Diferido	-14.765	-21.896	-1.601	1.332
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-6.835	63.180	-32.941	-8.457
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-6.835	63.180	-32.941	-8.457
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	-0,09150	0,84590	-0,44110	-0,11320
3.99.01.02	PNA	-0,09150	0,84590	-0,44110	-0,11320
3.99.01.03	PNB	-0,10070	0,93050	-0,48520	-0,12460

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-6.835	63.180	-32.941	-8.457
4.02	Outros Resultados Abrangentes	0	-512	-17.309	5.260
4.02.01	Ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	13.796	21.303
4.02.02	Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	0	-776	-40.022	-2.709
4.02.03	Tributos s/ ganhos (perdas) sobre ativos financeiros disponíveis para venda	0	264	8.917	-13.334
4.03	Resultado Abrangente do Período	-6.835	62.668	-50.250	-3.197

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	277.380	457.568
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	350.526	527.550
6.01.01.01	Lucro líquido do período (antes dos impostos)	87.612	-10.467
6.01.01.02	Amortização	112.169	135.572
6.01.01.03	Encargos de dividas e atualizações monetárias e cambiais	100.753	109.126
6.01.01.05	Valor residual do ativo intangível baixado	7.359	60.087
6.01.01.06	Provisão (reversão) para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	24.341	20.794
6.01.01.07	Provisão para crédito de liquidação duvidosa	28.820	228.578
6.01.01.08	Valor justo do ativo financeiro da concessão	-10.528	-16.140
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-73.146	-69.982
6.01.02.01	Contas a receber de clientes e outros	144.560	55.824
6.01.02.02	IR e CSLL a recuperar	-8.910	3.547
6.01.02.03	Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	-14.250	-8.642
6.01.02.04	Estoque	-1.729	-1.307
6.01.02.05	Depósitos judiciais	-5.554	-4.331
6.01.02.06	Despesas pagas antecipadamente	-6.310	-4.082
6.01.02.07	Entidade de Previdência Privada	-769	0
6.01.02.08	Outros Ativos	8.346	-54.155
6.01.02.09	Fornecedores	-67.793	41.799
6.01.02.10	Salários e encargos a pagar	5.430	7.296
6.01.02.11	Encargos de dividas e swap pagos	-44.033	-66.517
6.01.02.12	Taxas regulamentares	-18.165	2.203
6.01.02.13	Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	-17.398	678
6.01.02.14	Impostos e contribuições a recolher	-8.151	-14.316
6.01.02.15	Indenizações/Contingências pagas	-26.898	-22.346
6.01.02.16	Entidade de previdência Privada	5.800	-17.043
6.01.02.17	Outros passivos	-17.322	11.410
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-241.052	-274.739
6.02.01	Aquisição de investimentos	0	-269
6.02.02	Aquisição de intangível	-238.832	-284.593
6.02.03	Aplicação em títulos e valores mobiliários	-146.370	-189.551
6.02.04	Resgate de títulos e valores mobiliários	144.150	199.674
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-68.389	-170.789
6.03.01	Capitação de empréstimos e financiamentos	119.603	127.382
6.03.03	Amortização do principal de empréstimos e financiamentos	-86.877	-112.911
6.03.04	Amortização do principal de debêntures	-97.960	-182.959
6.03.05	Obrigações Vinculadas	11.954	5.860
6.03.06	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-15.109	-8.161
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-32.061	12.040
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	192.602	236.788
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	160.541	248.828

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	412.444	-122.315	-42.469	1.395.914
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	412.444	-122.315	-42.469	1.395.914
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-11.182	0	0	-11.182
5.04.06	Dividendos	0	0	-11.337	0	0	-11.337
5.04.09	Dividendos prescritos	0	0	155	0	0	155
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	63.180	-512	62.668
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	63.180	0	63.180
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-512	-512
5.05.02.07	Perdas sobre s/ atuarial do plano de benefício definido	0	0	0	0	-776	-776
5.05.02.08	Tributos s/ ganhos (perdas)	0	0	0	0	264	264
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	401.262	-59.135	-42.981	1.447.400

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	590.174	558.080	444.825	-88.117	23.015	1.527.977
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	590.174	558.080	444.825	-88.117	23.015	1.527.977
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-57.945	0	0	-57.945
5.04.06	Dividendos	0	0	-58.050	0	0	-58.050
5.04.09	Dividendos prescritos	0	0	105	0	0	105
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-8.457	5.260	-3.197
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-8.457	0	-8.457
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	5.260	5.260
5.05.02.06	Ganhos e perdas em ativos financeiros disponíveis para venda	0	0	0	0	21.303	21.303
5.05.02.07	Perda s/ atuarial do plano de benefício definido	0	0	0	0	-13.334	-13.334
5.05.02.08	Tributos s/ ganho (perda)	0	0	0	0	-2.709	-2.709
5.07	Saldos Finais	590.174	558.080	386.880	-96.574	28.275	1.466.835

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	3.219.402	3.271.260
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.303.187	3.558.725
7.01.02	Outras Receitas	-189	0
7.01.02.01	Resultado na alienação/desativação de bens e direitos	-189	0
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-83.596	-287.465
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-2.018.998	-1.963.182
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-1.547.845	-1.462.924
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-471.153	-500.258
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.200.404	1.308.078
7.04	Retenções	-112.170	-135.574
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-112.170	-135.574
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.088.234	1.172.504
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	85.646	78.523
7.06.02	Receitas Financeiras	85.646	78.523
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.173.880	1.251.027
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.173.880	1.251.027
7.08.01	Pessoal	112.522	104.191
7.08.01.01	Remuneração Direta	85.596	78.385
7.08.01.02	Benefícios	36.685	31.950
7.08.01.03	F.G.T.S.	15.152	13.638
7.08.01.04	Outros	-24.911	-19.782
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	839.100	1.013.058
7.08.02.01	Federais	205.539	342.115
7.08.02.02	Estaduais	630.201	668.025
7.08.02.03	Municipais	3.360	2.918
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	159.078	142.235
7.08.03.01	Juros	157.378	140.661
7.08.03.02	Aluguéis	1.700	1.574
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	63.180	-8.457
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	63.180	-8.457

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

(Em milhares de reais, exceto quando especificado)

1. ÁREA DE CONCESSÃO

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE é uma distribuidora de energia elétrica, com atuação em todo o Estado de Pernambuco e no município de Pedras de Fogo, no Estado da Paraíba, com população estimada de 8.959 milhões de habitantes em 185 municípios e o Distrito Estadual de Fernando de Noronha - PE. Sua área de concessão engloba 98.547 Km².

2. EVOLUÇÃO DO NEGÓCIO

2.1 MERCADO

2.1.1 CONSUMIDORES

Descrição	Evolução do número de consumidores ativos (*)					
	3º Trimestre		Composição Vertical		Variação Horizontal	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12	3º Trim/13 - 3º Trim/12	
				Quantidade	%	
Residencial	2.916.173	2.817.398	87,8%	87,3%	98.775	3,5%
Industrial	12.148	12.526	0,4%	0,4%	(378)	-3,0%
Comercial	202.911	199.988	6,1%	6,2%	2.923	1,5%
Rural	156.308	164.048	4,7%	5,1%	(7.740)	-4,7%
Poder Público	22.607	22.152	0,7%	0,7%	455	2,1%
Iluminação Pública	5.458	5.443	0,2%	0,2%	15	0,3%
Serviço Público	3.130	2.971	0,1%	0,1%	159	5,4%
Subtotal	3.318.735	3.224.526	100,0%	100,0%	94.209	2,9%
Consumo Próprio	957	949	0,0%	0,0%	8	0,8%
Suprimento	26	34	0,0%	0,0%	(8)	-23,5%
Total	3.319.718	3.225.509	100,0%	100,0%	94.209	2,9%

(*) Incluindo novos clientes sem o primeiro faturamento.

Em 30 de setembro de 2013, o número de consumidores ativos apresentou um crescimento de 2,9% em relação ao mesmo período do ano anterior, o que significa um incremento de 94.209 novos consumidores, representando cerca de 258 novas ligações por dia.

A classe residencial, que representa 87,8% do total de consumidores, apresentou um crescimento de 3,5%. Tal resultado é reflexo do crescimento da construção civil no estado nos últimos anos. O desenvolvimento econômico que o estado vem vivendo tem propiciado a criação de novos empreendimentos imobiliários que além de atender a uma

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2013

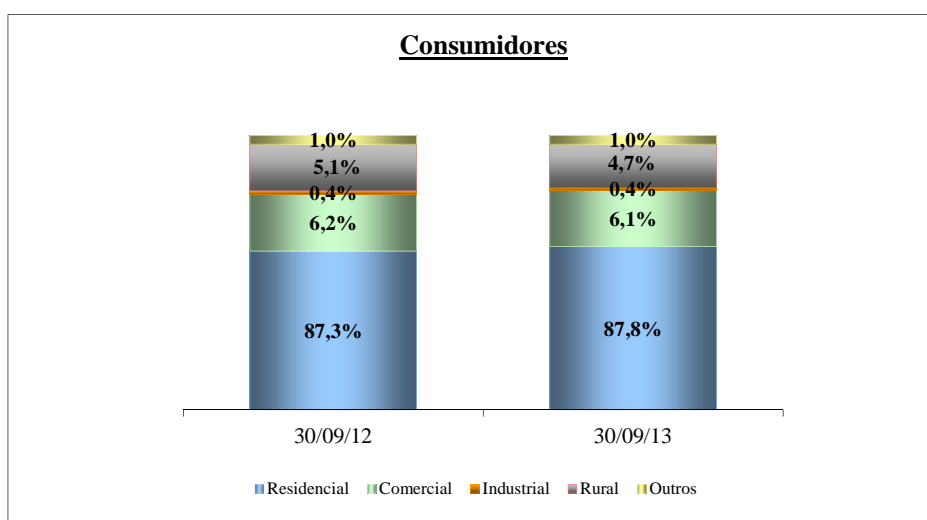
01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

demanda do público interno também atinge à população que migra de outras regiões do país para aproveitar as novas oportunidades que Pernambuco vem oferecendo. Destaca-se também uma migração da classe rural para residencial baixa renda, que impactou numa redução de -4,7% na classe rural, e contribuiu para o crescimento do residencial.

2.1.1.1. PARTICIPAÇÃO DE CONSUMIDORES POR CLASSE DE CONSUMO



2.1.1.2. PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO BAIXA RENDA NA CLASSE RESIDENCIAL

A participação de clientes de baixa renda na classe residencial mostra uma evolução em comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude da adoção de várias ações de captação de cadastramento, tais como: arquivo de dados com a Caixa Econômica Federal e MDS (Ministério e Desenvolvimento Social); parcerias com diversas prefeituras; ação Celpe na comunidade; Campanhas na mídia, nos 3.500 ônibus do consórcio Grande Recife e no Metrô; e sorteio de geladeiras.

Comentário do Desempenho

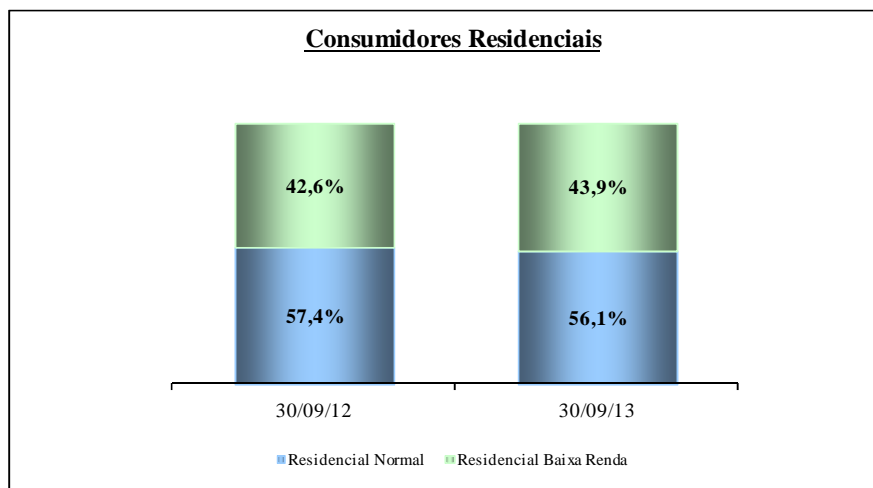
SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE



2.1.2 CONSUMO

Evolução do Consumo por classe em MWh

Descrição	3º Trimestre		Composição Vertical %		Variação Horizontal	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012	3ºTrim/13 - 3º Trim/12	
					Quantidade	%
Residencial	1.072.780	940.458	41,8%	39,5%	132.322	14,1%
Industrial	370.090	371.555	14,4%	15,6%	(1.465)	-0,4%
Comercial	545.375	511.655	21,3%	21,5%	33.720	6,6%
Rural	157.101	153.448	6,1%	6,5%	3.653	2,4%
Poder Público	156.714	142.976	6,1%	6,0%	13.738	9,6%
Iluminação Pública	106.096	100.031	4,1%	4,2%	6.065	6,1%
Serviço Público	153.025	153.765	6,0%	6,5%	(740)	-0,5%
Subtotal	2.561.181	2.373.888	99,9%	99,8%	187.293	7,9%
Consumo Próprio	3.010	4.395	0,1%	0,2%	(1.385)	-31,5%
Total	2.564.191	2.378.283	100,0%	100,0%	185.908	7,8%

No terceiro trimestre de 2013, o mercado cativo de energia da CELPE apresentou um crescimento de 7,8%, em relação ao mesmo período do ano anterior. Quando considerado o mercado cativo mais o mercado livre, o crescimento foi de 10,3%. A migração de clientes para o mercado livre explica a diferença entre a variação do mercado cativo e do mercado distribuído (cativo mais livre).

A classe residencial, que representa 41,8% do mercado cativo da CELPE, apresentou ao longo do terceiro trimestre do ano, uma elevação de 14,1% em relação ao mesmo

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2013

01436-2 CIA ENER G DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

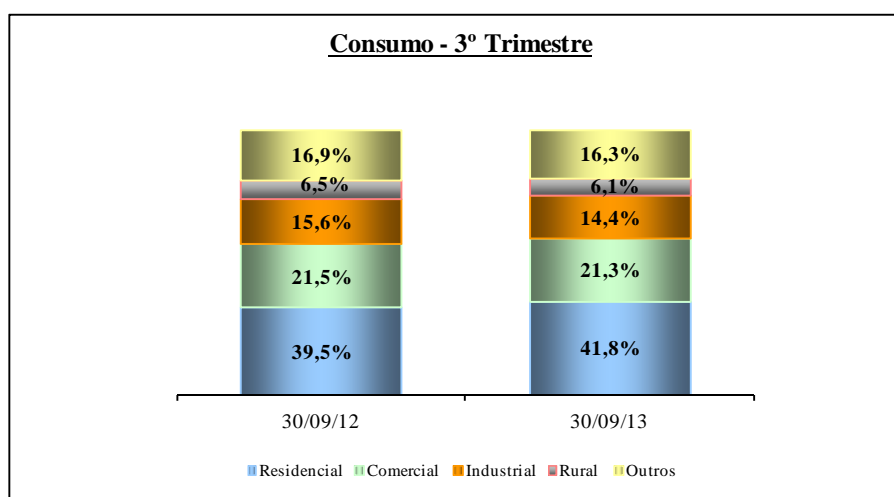
período do ano anterior. Esse resultado está acima da média histórica da classe e pode ser explicado por uma excelente recuperação de perdas que vem ocorrendo em 2013.

A migração de clientes para o mercado livre vem afetando, sobretudo, o desempenho da classe industrial que reduziu 0,4% no trimestre e da comercial que teve uma boa taxa de crescimento, atingindo 6,6% no mesmo período. Os dois segmentos representam respectivamente 14,4% e 21,3% do mercado cativo da empresa e são a segunda e a terceira classe de maior participação de consumo na CELPE em relação ao mercado cativo total da empresa. Analisando o âmbito da energia distribuída (Cativo + Livre) a classe industrial apresentou uma elevação de 10,5% no mesmo período, o destaque para o bom crescimento é o ramo químico que cresceu 20,9% no trimestre. Já a classe comercial fechou o trimestre com um crescimento de 10,3%, em função de ampliações e aberturas de grandes centros comerciais.

A classe rural, que representa apenas 6,1% do mercado cativo cresceu de 2,4% na comparação do terceiro trimestre de 2013 em relação a igual período em 2012.

2.1.2.1 PARTICIPAÇÃO NO MERCADO POR CLASSE – EM MWh

A participação das classes vem mantendo-se estável nos últimos anos, com aumento da classe residencial em função da melhora da renda da população, aumento da temperatura e maior recuperação de perdas.



Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

3. BALANÇO ENERGÉTICO – MWh

LEILÕES ENERGIA EXISTENTE	%	CONTRATOS		RESIDENCIAL		INDUSTRIAL	
370.532	11,27	3.286.927		1.072.780	41,84	370.091	14,43
1.656.587	50,97	3.249.929		940.458	39,54	371.555	15,62
LEILÕES ENERGIA NOVA	%	GER. PRÓPRIA		MERCADO		COMERCIAL	
1.031.017	31,37	3.871		2.564.192	68,99	545.375	21,27
883.815	26,89	3.466		2.378.283	68,37	511.655	21,51
LEILÕES DE FONTE ALTERNATIVA	%	MERCADO LIVRE		MERCADO LIVRE		RURAL	
13.028	0,40	511.166		511.166	13,75	157.102	6,13
6.986	0,21	410.466		410.466	11,80	153.448	6,45
TERMOPE	%	SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)		SUP. EM GROSSO (FRONTEIRA)		OUTROS	
861.120	26,20	37.505		37.505	1,01	418.845	16,33
861.120	26,50	38.911		38.911	1,12	401.167	16,87
NC ENERGIA	%	PERDAS REDE BÁSICA		PERDAS DISTRIBUIÇÃO			
-	0,00	(61.415)		603.861	16,25		
-	0,00	(53.914)		650.981	18,71		
PROINFA	%	SOBRAS					
67.344	2,05	(61.330)					
68.040	2,09	(170.216)					
MCS D	%						
(33.825)	(1,03)						
(226.620)	(6,97)						
OUTROS	%						
977.710	29,75						
-	-						

INJETADA
3.716.724
3.478.642

Legenda:
3º Trimestre 2013
3º Trimestre 2012

O Balanço Energético da Companhia indica que do montante da energia injetada, 69,0% foi destinado ao mercado próprio da distribuidora, enquanto 13,8% atendeu ao mercado livre, conforme a legislação do setor elétrico, que garante acesso à rede de distribuição aos consumidores que atendam aos requisitos de livre escolha do seu fornecedor de energia.

O mercado próprio da distribuidora exigiu 2.564.192 MWh, de energia durante o trimestre, representando um acréscimo de 7,8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Por outro lado, O mercado livre exigiu a entrega de 511.166 MWh de energia durante o trimestre, representando uma aumento de 24,5% em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse acréscimo foi devido, principalmente à migração de clientes para o Ambiente

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

de Contratação Livre (ACL) no ano anterior, acrescido de 25 clientes que migraram para o ACL em 2013.

4. INVESTIMENTOS

	3º Trimestre/13	Acumulado até 30/09/13
	Investimento Total	Investimento Total
Geração	-	36
Distribuição	88.095	224.910
Comercialização	-	10
Administração	6.976	13.876
Total	95.071	238.832

A Companhia vem realizando investimentos significativos tanto na área técnica quanto na comercial, visando melhorar a qualidade do fornecimento de energia, atender o crescimento do mercado e garantir a satisfação de seus clientes. No terceiro trimestre de 2013 foram investidos cerca de R\$ 95.071.

Os recursos aplicados nesse período foram direcionados ao atendimento às novas ligações de clientes urbanos e rurais, renovação da rede de distribuição de média e baixa tensão, expansão do sistema elétrico para atendimento ao aumento da demanda e combate às perdas de energia elétrica.

O resultado dos investimentos pode ser evidenciado na evolução dos ativos do sistema elétrico da Companhia. Os principais projetos em andamento são:

- Expansão e renovação em subestações e linhas de subtransmissão;
- Automação da rede de distribuição;
- Melhoramento de rede de distribuição;
- Novas ligações.

4.1 PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo Federal em 2003 e com prazo de execução das obras até o final de 2011, posteriormente prorrogado até 2014 com a publicação do Decreto nº 7.520, de 11 de julho de 2011.

A resolução ANEEL nº 488, de 05/05/2012, estabelece as condições para revisão dos planos de universalização dos serviços de distribuição de energia elétrica na área rural para o período 2011 a 2014.

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2013

01436-2 CIA ENER G DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

O Programa Luz para Todos tem como objetivo propiciar o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural e residencial baixa renda brasileira que ainda não tem acesso a esse serviço público. Até 2014, também serão atendidos assentamentos rurais, comunidades indígenas, quilombolas, comunidades extrativistas, escolas, postos de saúde e poços de água comunitários, pessoas atendidas pelo Programa Territórios da Cidadania, ou pelo Plano Brasil sem Miséria.

Atualmente, a Celpe possui o programa em execução, com previsão de realizar 8.957 ligações até dezembro de 2014, com um investimento total de R\$ 72 milhões e participação financeira da Companhia e Governo Federal.

De janeiro de 2004, quando o programa começou, até setembro de 2013, a distribuidora já realizou 114.948 ligações.

	<u>30/09/2013</u>
Ligações executadas até 2009	114.841
Ligações executadas em 2013	<u>107</u>
Total	<u>114.948</u>
Em execução	8.850
Ligações previstas pelo programa (*)	123.798

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1 RESULTADO DO PERÍODO

	3º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Receita Bruta	1.053.478	1.176.847	(123.369)	-10,5%
Deduções da Receita Bruta	(311.606)	(350.051)	38.445	-11,0%
Receita Líquida	741.872	826.796	(84.924)	-10,3%
Custos de Bens e/ou Serviços Vendidos	(613.598)	(670.486)	56.888	-8,5%
Resultado Bruto	128.274	156.310	(28.036)	-17,9%
Despesas com vendas/gerais e administrativas	(110.099)	(162.069)	51.970	-32,1%
Resultado do Serviço	18.175	(5.759)	23.934	-415,6%
(-) Amortização	33.603	50.991	(17.388)	-34,1%
EBITDA	51.778	45.232	6.546	14,5%
Resultado Financeiro	(23.447)	(30.778)	7.331	-23,8%
Lucro/Prejuízo antes dos impostos	(5.272)	(36.537)	31.265	-85,6%
IR e CSLL	(1.563)	3.596	(5.159)	-143,5%
Lucro do Período	(6.835)	(32.941)	26.106	-79,3%

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

5.1.1 RECEITA LÍQUIDA

A Companhia apresentou no terceiro trimestre de 2013 uma receita líquida de R\$ 741.872 contra R\$ 826.796 do mesmo período do ano anterior, representando uma variação desfavorável de 10,3%.

Os fatores determinantes dessa variação é decorrente principalmente:

✓ Das receitas de:

- Fornecimento de energia elétrica, por apresentar variação desfavorável de R\$ 54.215, devido à redução de tarifa de energia, conforme Lei 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e Resolução Homologatória nº. 1.429, de 24 de janeiro de 2013.

- Disponibilização do sistema de distribuição, por apresentar variação desfavorável de R\$ 68.360, decorrente principalmente da retração no ritmo da migração de clientes para o ambiente de contratação livre no início do ano, em virtude do aumento do preço no mercado de curto prazo (PLD); e à redução do valor da Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição, conforme Resolução Extraordinária Homologatória 1.418/2013.

- Subvenções, por apresentar variação favorável de R\$ 25.871, decorrente principalmente, de valor mensal homologado, através da Resolução Extraordinária Homologatória 1.418, de R\$ 8.409, a ser repassada pela Eletrobrás a partir de fevereiro de 2013, referente à subvenção CDE (rural, irrigante e aquicultor, serviço público de água/esgoto/saneamento e fontes alternativas).

- Receita de construção, variação desfavorável de R\$ 25.762, que não produz efeito líquido no resultado da empresa devido à sua contrapartida no custo. As receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria foram contabilizadas em atendimento ao pronunciamento técnico CPC 17 – Contratos de Construção, que estabelece o tratamento contábil das receitas e despesas associadas aos contratos de construção.

- Outras receitas, variação favorável de R\$ 4.653, devido ao ressarcimento do custo de energia da geração térmica não disponibilizada, referente aos meses de maio, junho, julho e agosto, reconhecido nesse trimestre.

✓ Das deduções da receita:

- ICMS variação favorável de R\$ 9.286, devido principalmente à queda da receita bruta de vendas e/ou serviços, embora não na mesma proporção, em virtude

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2013

01436-2 CIA ENER G DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

do reconhecimento do ICMS sobre a Subvenção dos meses de Maio a Julho/2013 (retroativo) em julho/13; e da reclassificação do valor do ICMS Produtor Rural e Poder Público reconhecido em Agosto/2013, da linha de outras despesas operacionais.

- PIS/COFINS, por apresentar variação desfavorável de R\$ 5.196, decorrente do efeito da alíquota efetiva.

- Redução do encargo da quota de reserva global de reversão - RGR no montante de R\$ 8.473, em função da sua extinção, através da lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 e Despacho ANEEL nº 34 de 10 de janeiro de 2013.

- Conta de Consumo de Combustível - CCC, por apresentar variação favorável de R\$ 19.028, devido principalmente à extinção da quota fixada pela ANEEL, conforme lei nº 12.783/2013 e da Resolução Homologatória 1.418, que isenta o valor a partir de Fevereiro/2013.

5.1.2 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	3º Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Custos e Despesas Não-Gerenciáveis:				
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(422.103)	(407.802)	(14.301)	3,5%
Encargos de Uso do Sistema de Transmissão/Distribuição	(19.857)	(48.538)	28.681	-59,1%
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(1.126)	(1.474)	348	-23,6%
	<u>(443.086)</u>	<u>(457.814)</u>	<u>14.728</u>	<u>-3,2%</u>
Custos e Despesas Gerenciáveis:				
Pessoal e Administradores	(45.526)	(33.168)	(12.358)	37,3%
Material	(3.277)	(4.242)	965	-22,7%
Serviços de Terceiros	(73.498)	(64.614)	(8.884)	13,7%
Amortização	(33.603)	(50.991)	17.388	-34,1%
Provisões Líquidas – PCLD	(29.610)	(98.495)	68.885	-69,9%
Provisões Líquidas – Contingências	(233)	1.074	(1.307)	-121,7%
Custo de Construção	(86.524)	(112.286)	25.762	-22,9%
Outros	(8.340)	(12.019)	3.679	-30,6%
	<u>(280.611)</u>	<u>(374.741)</u>	<u>94.130</u>	<u>-25,1%</u>
Total	<u>(723.697)</u>	<u>(832.555)</u>	<u>108.858</u>	<u>-13,1%</u>

Os custos e despesas operacionais no terceiro trimestre de 2013 apresentaram uma redução de 13,1%, correspondendo a R\$ 108.858 em relação ao mesmo trimestre do exercício de 2012.

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

Os principais fatores que contribuíram para essa variação foram:

- ✓ Energia elétrica comprada para revenda, variação desfavorável de R\$ 14.301, em função do aumento do custo da energia decorrente do despacho das térmicas, alta do PLD em relação ao ano anterior e dos novos contratos do 7ºLEN e do 2º LFA.
- ✓ Encargos do uso de sistema de transmissão/distribuição, variação favorável de R\$ 28.681, em função da lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013 que reduziram as tarifas de uso do sistema.
- ✓ Pessoal e administradores, variação desfavorável de R\$ 12.358, devido principalmente ao reajuste salarial, refletido nas rubricas de remuneração e encargos, reajuste do plano de saúde, absorvido pela empresa, aumento nos desligamentos observado na rubrica de rescisão de contratos e honorários dos Diretores.
- ✓ Serviços de terceiros, variação desfavorável de R\$ 8.884, em função da alteração do critério de alocação de despesas com serviços de terceiros decorrente das exigências do processo de revisão tarifária, substituição de empresas prestadoras de serviço (EPS), intensificação das ações de corte, atualização do cadastro de clientes baixa renda e produtor rural.
- ✓ Amortização apresenta desvio favorável de R\$ 17.388, em relação ao mesmo período do ano anterior, devido principalmente, em 2012 contemplar o registro do 3º ciclo da revisão tarifária.
- ✓ Provisões líquidas - PCLD, variação favorável de R\$ 68.885, em decorrência da política de cobrança adotada em 2012 com foco: na atuação da dívida de menor risco de recebimento, na redução do prazo de parcelamento e no aumento do volume das operações de cobrança, impactando no aumento da PCLD no 3º trimestre de 2012.
- ✓ Custo de construção, variação favorável de R\$ 25.762, que não produz efeito líquido no resultado da empresa devido à sua contrapartida na receita, conforme mencionado na variação da receita.
- ✓ Outros custos e despesas gerenciáveis, variação favorável de R\$ 3.679, em função:
 - Impacto favorável em perda operacional, em virtude de reclassificação do valor referente ao ICMS Produtor Rural e Poder Público reconhecido em Agosto/2013;

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE

- Impacto desfavorável, em função do contencioso trabalhista e cível;

5.1.3 RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	3 Trimestre		Variação	
	2013	2012	R\$ mil	%
Renda de aplicações financeiras	4.544	5.940	(1.396)	-23,5%
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	8.189	12.328	(4.139)	-33,6%
Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos)	(22.370)	(37.480)	15.110	-40,3%
Outras receitas (despesas) financeiras líquidas	(13.810)	(11.566)	(2.244)	19,4%
Total	(23.447)	(30.778)	7.331	-23,8%

O resultado financeiro apresentou uma variação favorável de 23,8%, impactando em R\$ 7.331, passando de R\$ 30.778 de despesa no terceiro trimestre de 2012 para R\$ 23.447 no mesmo período de 2013.

Essa variação deve-se principalmente a:

- ✓ Renda de aplicações financeiras que apresentou variação desfavorável de R\$ 1.397, devido principalmente à redução do saldo medido de disponibilidades e aplicações dadas como garantia.
- ✓ Juros, comissões e acréscimo moratório de energia que apresentou variação desfavorável de R\$ 4.139, devido principalmente à redução do parcelamento.
- ✓ Encargos, variação cambial, monetária e swap (líquidos) que apresentaram variação favorável de R\$ 15.111, devido basicamente à queda da despesa com encargos de dívida, em função da redução do nível de endividamento da Companhia pela amortização de empréstimos e financiamentos, e da redução das taxas de juros (CDI e TJLP) vinculadas às dívidas; e à baixa da atualização e juros referente à CCEE no trimestre de 2012, aumentando a despesa.
- ✓ Outras receitas (despesas) financeiras líquidas, variação desfavorável de R\$ 2.244, decorrente de multa regulatória devolução consumidor; e do reconhecimento do passivo atuarial na linha de outras despesas financeiras nesse trimestre.

Comentário do Desempenho

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
ITR - Informações Trimestrais
EMPRESA COMERCIAL, INDUSTRIAL E OUTRAS

Legislação Societária
Data-Base - 30/09/2013

01436-2 CIA ENERG DE PERNAMBUCO

10.835.932/0001-08

05.01 - COMENTÁRIO DO DESEMPENHO DA COMPANHIA NO TRIMESTRE**5.1.4 PRINCIPAIS INDICADORES**

Indicadores Empresariais	Acumulado até		Variação % 2013/2012
	30/09/13	30/09/12	
Indicadores Econômicos			
Receita Operacional Bruta	3.303.187	3.558.725	-7,18%
Receita Operacional Líquida	2.362.471	2.434.115	-2,94%
EBITDA	268.920	203.645	32,05%
Resultado do Serviço	159.344	70.346	126,51%
Resultado Financeiro sem Juros Sobre Capital Próprio	(71.732)	(80.813)	-11,24%
Lucro Líquido	63.180	(8.457)	-847,07%
Margem EBITDA (%)	11,38%	8,37%	3,02%
Margem Operacional (%)	6,74%	2,89%	3,85%
Margem Líquida (%)	2,67%	-0,35%	3,02%
Indicadores Financeiros			
Ativo Total	3.707.916	3.728.351	-0,5%
Dívida Bruta	1.363.251	1.425.034	-4,3%
Patrimônio Líquido	1.447.400	1.466.835	-1,3%
Investimentos	238.832	284.593	-16,1%
Dívida Total Líquida das Disponibilidades e Aplicações em Títulos	1.168.649	1.108.746	5,4%
Dívida Total Líquida / (Dívida Total Líquida + Patrimônio Líquido)	0,447	0,430	3,8%
Dívida de Curto Prazo Líquida / Dívida Total Líquida	0,217	0,022	865,6%
Patrimônio Líquido / Ativo Total	0,390	0,393	-0,8%

Dívida de curto prazo líquida em relação à dívida total líquida aumentou, comparado com o mesmo período do ano anterior, em função da entrada no curto prazo de contratos de empréstimos com o Banco do Brasil.

Indicadores de Produtividade	30/09/13	30/09/12	Variação % 2013/2012
Nº de Empregados	1.720	1.667	3,2%
Nº de Consumidores	3.319.718	3.225.509	2,9%
Consumidores/Empregados	1.930	1.935	-0,3%
Receita Operacional Líquida/Empregados	1.374	1.460	-5,9%

A receita operacional líquida até 30 de setembro desse ano apresentou redução de 2,94% em relação ao mesmo período do ano anterior, e o número de empregados aumentou 3,2% o que justifica a redução de 5,9% do índice ROL/empregados.

Conciliação EBITDA	3º Trimestre		Variação % 2013/2012	Acumulado até		Variação % 2013/2012
	30/09/13	30/09/12		30/09/13	30/09/12	
Lucro líquido	(6.835)	(32.941)	-79,3%	63.180	(8.457)	-847,1%
Despesas financeiras	47.405	50.397	-5,9%	157.378	159.335	-1,2%
Receitas financeiras	(23.959)	(19.619)	22,1%	(85.646)	(78.522)	9,1%
Imposto de renda	(2.858)	(8.220)	-65,2%	11.170	(15.886)	-170,3%
Amortização	33.603	50.991	-34,1%	109.576	133.299	-17,8%
Amortização de ágio	4.421	4.624	-4,4%	13.262	13.876	-4,4%
EBITDA	51.777	45.232	14,5%	268.920	203.645	32,1%

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

	<u>Notas</u>	<u>30/09/2013</u>	<u>31/12/2012</u> <u>(Reapresentado)</u>
<u>ATIVO</u>			
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	160.541	192.602
Contas a receber de clientes e outros	5	583.470	677.858
Títulos e valores mobiliários	6	11.515	6.761
Recursos CDE	7	1.996	-
Impostos e contribuições a recuperar	8	95.576	56.942
Estoques		8.053	6.324
Despesas pagas antecipadamente		7.998	1.688
Serviços em curso	9	11.731	13.014
Outros ativos circulantes	10	20.812	35.856
TOTAL DO CIRCULANTE		901.692	991.045
NÃO CIRCULANTE			
Contas a receber de clientes e outros	5	166.605	245.597
Títulos e valores mobiliários	6	451	2.803
Impostos e contribuições a recuperar	8	17.077	17.689
Impostos e contribuições diferidos	11	357.414	379.046
Depósitos judiciais	12	43.319	36.865
Entidade de Previdência Privada		769	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	13	320.337	257.900
Outros ativos não circulantes	10	2.158	2.158
Investimentos		2.734	2.734
Intangível	14	1.895.360	1.834.711
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		2.806.224	2.779.503
TOTAL DO ATIVO		3.707.916	3.770.548

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
BALANÇOS PATRIMONIAIS
Em milhares de reais

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Notas	30/09/2013	31/12/2012
			<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE			
Fornecedores	15	279.155	348.452
Empréstimos e financiamentos	16	420.244	173.501
Debêntures	17	13.701	103.750
Salários e encargos a pagar	18	28.473	23.043
Taxas regulamentares	19	20.265	18.785
Impostos e contribuições a recolher	20	98.026	106.177
Dividendos e juros sobre capital próprio	21	186	4.114
Provisões	22	10.143	17.187
Entidade de previdência privada	30	15.391	16.298
Outros passivos circulantes	23	109.923	127.558
TOTAL DO CIRCULANTE		<u>995.507</u>	<u>938.865</u>
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	15	27.534	26.030
Empréstimos e financiamentos	16	408.939	587.417
Debêntures	17	359.533	359.299
Taxas regulamentares	19	23.568	43.213
Impostos e contribuições a recolher	21	-	-
Provisões	21	58.904	50.883
Entidade de previdência privada	30	364.597	347.306
Outros passivos não circulantes	23	21.934	21.620
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		<u>1.265.009</u>	<u>1.435.768</u>
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	24	590.174	590.174
Reservas de capital		558.080	558.080
Reservas de lucros		401.262	401.107
Outros resultados abrangentes		(42.981)	(42.469)
Proposta de distribuição de dividendos adicional			11.337
Prejuízo acumulado		(59.135)	(122.314)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>1.447.400</u>	<u>1.395.915</u>
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>3.707.916</u>	<u>3.770.548</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO
 Períodos findos em 30 de setembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	01/07/13 a 30/09/13	01/01/13 a 30/09/13	01/07/12 a 30/09/12 (Reapresentado)	01/01/12 a 30/09/12 (Reapresentado)
RECEITA LÍQUIDA	25	741.872	2.362.471	826.796	2.434.115
CUSTO DO SERVIÇO	26	(613.598)	(1.902.161)	(670.486)	(1.890.852)
LUCRO BRUTO		128.274	460.310	156.310	543.263
Despesas com vendas	26	(62.454)	(177.312)	(123.654)	(359.063)
Despesas gerais e administrativas	26	(47.645)	(123.654)	(38.415)	(113.854)
LUCRO OPERACIONAL		18.175	159.344	(5.759)	70.346
Resultado financeiro		(23.447)	(71.732)	(30.778)	(80.813)
Receitas financeiras	27	23.959	85.646	19.619	78.522
Despesas financeiras	27	(47.406)	(157.378)	(50.397)	(159.335)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(5.272)	87.612	(36.537)	(10.467)
Imposto de renda e contribuição social		(1.563)	(24.432)	3.596	2.010
Corrente	11	27.582	(2.536)	12.782	697
Diferido	11	(10.344)	(8.634)	3.023	15.208
Imposto de renda - SUDENE	11	(14.380)	-	(7.585)	(19)
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMIPL	11	(4.421)	(13.262)	(4.624)	(13.876)
LUCRO LÍQUIDO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		(6.835)	63.180	(32.941)	(8.457)
LUCRO BÁSICO EDILUÍDO POR AÇÃO:					
Ordinária		-0,0915	0,8459	-0,4411	-0,1132
Preferencial A		-0,0915	0,8459	-0,4411	-0,1132
Preferencial B		-0,1007	0,9305	-0,4852	-0,1246

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO RESULTADO ABRANGENTE
 Períodos findos em 30 de setembro
 Em milhares de reais

	<u>01/07/13 a</u> <u>30/09/13</u>	<u>01/01/13 a</u> <u>30/09/13</u>	<u>01/07/12 a</u> <u>30/09/12</u>	<u>01/01/12 a</u> <u>30/09/12</u>
			<u>(Reapresentado)</u>	<u>(Reapresentado)</u>
Lucro/(prejuízo) do período	(6.835)	63.180	(32.941)	(8.457)
Outros resultados abrangentes				
Perdas sobre ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	13.797	21.303
Perdas sobre atuarial do plano de benefício definido	-	(776)	(40.022)	(13.334)
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	264	8.917	(2.709)
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	(512)	(17.309)	5.260
Lucro líquido/(prejuízo) líquido do período	(6.835)	62.668	(50.250)	(3.197)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Períodos findos em 30 de setembro
 Em milhares de reais

	Reserva de Capital					Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Aço	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (Reapresentado)	30.077	454.999	73.004	268.523	118.035	14.214	335	(42.469)	(122.315)	11.337	1.995.914	
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	155	-	-	(11.337)	155	
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(11.337)	(11.337)	
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	63.180	-	63.180	
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Perdas sobre ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	(776)	-	-	(776)	
Perdas sobre atuação do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	264	-	-	264	
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	(512)	-	-	(512)	
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	(512)	-	-	(512)	
Saldo em 30 de setembro de 2013	30.077	454.999	73.004	268.523	118.035	14.214	490	(42.981)	(59.135)	-	1.447.400	

	Reserva de Capital					Reservas de Lucros			Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Proposta de Distribuição de Dividendos Adicional	Total do Patrimônio Líquido
	Remuneração de Bens e Direitos Constituídos Com Capital Próprio	Reserva Especial de Aço	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros	Reserva de Incentivo Fiscal	Reserva Legal	Reserva de Retenção de Lucros				
Saldo em 31 de dezembro de 2011 (Reapresentado)	30.077	454.999	73.004	268.510	118.035	-	240	23.015	(88.117)	58.050	1.527.977	
Reversão de Dividendos Prescritos	-	-	-	-	-	-	105	-	-	(58.050)	105	
Aprovação da proposta de dividendos adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(58.050)	(58.050)	
Transações de Capital com os Sócios	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.457)	-	(8.457)	
Prejuízo do período	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Perdas sobre ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	-	-	-	21.303	-	-	21.303	
Perdas sobre atuação do plano de benefício definido	-	-	-	-	-	-	-	(13.334)	-	-	(13.334)	
Tributos s/ ganhos (perdas)	-	-	-	-	-	-	-	(2.709)	-	-	(2.709)	
Outros resultados abrangentes do período, líquidos de impostos	-	-	-	-	-	-	-	5.260	-	-	5.260	
Saldo em 30 de setembro de 2012	30.077	454.999	73.004	268.510	118.035	-	335	28.275	(96.574)	-	1.466.815	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DOS FLUXOS DE CAIXA

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

Ref.:	01/01/13 a 30/09/13	01/01/12 a 30/09/12 (Reapresentado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro/(prejuízo) do período antes do imposto de renda e contribuição social	87.612	(10.467)
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Amortização (*)	112.169	135.572
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais e outras receitas financeiras	100.753	109.126
Valor justo do ativo financeiro da concessão	(10.528)	(16.140)
Valor residual do ativo intangível baixado	7.359	60.087
Provisão para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	24.341	20.794
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	28.820	228.578
	<u>350.526</u>	<u>527.550</u>
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS		
Contas a receber de clientes e outros	144.560	55.824
IR e CSLL a recuperar	(8.910)	3.547
Impostos e contribuições a recuperar, exceto IR e CSLL	(14.250)	(8.642)
Estoques	(1.729)	(1.307)
Depósitos judiciais	(5.554)	(4.331)
Despesas pagas antecipadamente	(6.310)	(4.082)
Entidade de Previdência Privada	(769)	-
Outros ativos	8.346	(54.155)
	<u>115.384</u>	<u>(13.146)</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS		
Fornecedores	(67.793)	41.799
Salários e encargos a pagar	5.430	7.296
Encargos de dívidas e swap pagos	(44.033)	(66.517)
Taxas regulamentares	(18.165)	2.203
Imposto de renda (IR) e Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL) pagos	(17.398)	678
Impostos e contribuições a recolher	(8.151)	(14.316)
Indenizações/contingências pagas	(26.898)	(22.346)
Entidade de previdência privada	5.800	(17.043)
Outros passivos	(17.322)	11.410
	<u>(188.530)</u>	<u>(56.836)</u>
	<u>277.380</u>	<u>457.568</u>
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Aquisição de investimentos	-	(269)
Aquisição de intangível	(238.832)	(284.593)
Aplicação em títulos e valores mobiliários	(146.370)	(189.551)
Resgate de títulos e valores mobiliários	144.150	199.674
GERAÇÃO (UTILIZAÇÃO) DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	<u>(241.052)</u>	<u>(274.739)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Captação de empréstimos e financiamentos	119.603	127.382
Amortização do principal de empréstimos, financiamentos	(86.877)	(112.911)
Amortização do principal de debêntures	(97.960)	(182.959)
Obrigações vinculadas	11.954	5.860
Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	(15.109)	(8.161)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	<u>(68.389)</u>	<u>(170.789)</u>
	<u>(32.061)</u>	<u>12.040</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	192.602	236.788
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	160.541	248.828
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	<u>(32.061)</u>	<u>12.040</u>

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
DEMONSTRAÇÕES INTERMEDIÁRIAS DO VALOR ADICIONADO

Períodos findos em 30 de setembro

Em milhares de reais

	Ref.:	01/01/13 a 30/09/13	01/01/12 a 30/09/12 (Reapresentado)
Receitas			
Vendas brutas de energia, serviços e outros		3.303.187	3.558.725
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(83.595)	(287.465)
Resultado na alienação / desativação de bens e direitos		(189)	-
		<u>3.219.402</u>	<u>3.271.260</u>
Insumos adquiridos de terceiros			
Energia elétrica comprada para revenda	(*)	(1.486.389)	(1.313.443)
Encargos de uso da rede básica de transmissão	(*)	(61.456)	(149.482)
Matérias-primas consumidas	(*)	(5.744)	(3.790)
Materiais, serviços de terceiros e outros	(*)	(465.409)	(496.468)
		<u>(2.018.997)</u>	<u>(1.963.182)</u>
Valor adicionado bruto		1.200.405	1.308.078
Amortização	(*)	(112.170)	(135.574)
Valor adicionado líquido		1.088.235	1.172.504
Receitas financeiras		85.646	78.522
Valor adicionado total a distribuir		1.173.880	1.251.027
Distribuição do valor adicionado			
Pessoal			
Remunerações		68.546	62.825
Encargos sociais (exceto INSS)		15.152	13.638
Entidade de previdência privada		10.659	9.825
Auxílio alimentação		7.765	6.494
Convênio assistencial e outros benefícios		3.486	2.790
Despesas com desligamento		4.947	7.976
Férias e 13º salário		15.098	14.217
Plano de saúde		7.459	2.814
Indenizações trabalhistas		794	2.669
Participação no resultado		6.522	7.358
Administradores		1.952	1.343
Encerramento de ordem em curso		854	674
(-) Transferência para Ordens		(30.712)	(28.432)
Subtotal		112.522	104.191
Impostos, taxas e contribuições			
INSS (sobre folha de pagamento)		16.537	15.388
ICMS		630.201	668.025
PIS/COFINS sobre faturamento		126.330	170.101
Imposto de renda e contribuição social		24.432	(2.009)
Obrigações intra-setoriais		38.240	158.635
Outros		3.359	2.917
Subtotal		839.100	1.013.057
Remuneração de Capitais de Terceiros			
Juros e variações cambiais		157.378	140.661
Aluguéis	(*)	1.700	1.574
Subtotal		159.078	142.235
Remuneração de Capitais Próprios			
Lucro/(prejuízo)		63.180	(8.457)
Subtotal		63.180	(8.457)
Valor adicionado distribuído		1.173.880	1.251.027

(*) Valor bruto, não deduzidos dos créditos de PIS/COFINS.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações intermediárias.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS

A Companhia Energética de Pernambuco - CELPE ou Companhia, sociedade por ações de capital aberto, registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros e controlada pela Neoenergia S.A. (“NEOENERGIA”), é concessionária de serviço público de energia elétrica, destinada a estudar, projetar, construir e explorar os sistemas de distribuição e comercialização aos consumidores finais de energia elétrica, bem como a geração de energia elétrica em sistema isolado, assim como os serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados, e atividades associadas ao serviço de energia elétrica, podendo prestar serviços técnicos de sua especialidade, realizar operações de exportação e importação e praticar os demais atos necessários à consecução de seu objetivo, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, órgão vinculado ao Ministério das Minas e Energia.

A sede da Companhia está localizada na Av. João de Barros, 111, Boa Vista, Recife - Pernambuco.

A Companhia detém a concessão para distribuição de energia elétrica em todos os municípios do Estado de Pernambuco, no Distrito Estadual de Fernando de Noronha e no município de Pedra de Fogo, no Estado da Paraíba, abrangendo uma área de concessão de 98.547 Km², regulado pelo Contrato de Concessão nº 26, firmado em 30 de março de 2000, com vigência até 30 de março de 2030.

Adicionalmente, pela atual regulamentação do setor elétrico, a Companhia vem atendendo consumidores parcialmente e totalmente livres no Estado de Pernambuco, desde 2002.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão da elaboração dessas demonstrações financeiras intermediárias em 28 de outubro de 2013, as quais estão expressas em milhares de reais, arredondadas ao milhar mais próximo, exceto quando indicado.

O capital circulante líquido da Companhia, que corresponde à diferença entre o ativo circulante e o passivo circulante, foi negativo em R\$ 93.815 em 30 de setembro de 2013, devido à entrada no curto prazo de dois empréstimos junto ao Banco do Brasil, nos montantes de R\$ 94.548 e R\$ 197.399, com vencimentos em janeiro e abril de 2014 e custo de 98,5% e 99,5% do CDI, respectivamente.

A Administração da Companhia entende que possui liquidez satisfatória, mesmo com o capital circulante líquido negativo, representando condições adequadas para cumprir as suas obrigações operacionais de curto prazo. A regularização do CCL deverá ocorrer com a liquidação e/ou rolagem dos empréstimos até os seus vencimentos. Além disso, a recente homologação do Despacho nº 3.281, de 30 de setembro de 2013, da Subvenção CDE, a ser recebida ainda em 2013, deverá contribuir para essa regularização.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DA DEMONSTRAÇÃO FINANCEIRA INTERMEDIÁRIA CONDENSADA

2.1 – Declaração de conformidade

A demonstração contábil intermediária da Companhia relativa aos nove meses findos em 30 de setembro de 2013 foi elaborada e estão sendo apresentadas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária que inclui as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, em conformidade com IAS 34 – Interim financial reporting.

2.2 – Base de apresentação

A demonstração contábil intermediária contempla os requerimentos mínimos de divulgação estabelecidos pelo CPC 21 (R1) – Demonstrações Intermediárias (IAS 34), bem como outras informações consideradas relevantes.

As práticas contábeis adotadas na preparação da demonstração contábil intermediária são as mesmas descritas na nota explicativa nº 02 das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e, portanto, devem ser lidas em conjunto, exceto quanto aos ajustes apresentados no item 2.3 abaixo.

2.3 – Reapresentação dos valores correspondentes

Em consonância com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Financeiras, os valores correspondentes aos balanços patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 2011 e as informações contábeis relativas às demonstrações do resultado do exercício, dos fluxos de caixa e dos valores adicionados referentes aos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2012 estão sendo reapresentados, de forma a demonstrar os ajustes decorrentes dos seguintes assuntos:

- (a) Aplicação retrospectiva do CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados aprovado pela Deliberação CVM Nº 695, de 13 de dezembro de 2012.

Os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano utilizando a mesma taxa de desconto utilizada no cálculo do passivo atuarial.

- (b) Correção de erro na apropriação de custos aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica, a Companhia realizou uma revisão dos custos não considerados pela ANEEL na determinação da Base de Remuneração Regulatória – BRR utilizada para fins de definição tarifária, visando validar a pertinência dos registros contábeis à luz das regras societárias.

Após essa revisão constatou-se que alguns gastos foram capitalizados como ativos sem terem aderência às disposições contidas no CPC 27 e CPC 04, que estabelecem os critérios de reconhecimento de ativo imobilizado e intangível, respectivamente. Em decorrência a Companhia procedeu aos ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos, conforme dispõe o CPC 23 – Retificação de Erro.

Os ajustes decorrentes da correção dos erros identificados, impactaram na reversão dos gastos capitalizados indevidamente no ativo financeiro e intangível, estorno da atualização monetária sobre o ativo financeiro e da amortização acumulada dos montantes classificados como ativo intangível, e no aumento das despesas nos períodos em que as mesmas incorreram, líquidos dos efeitos tributários e que foram ajustados contra lucros acumulados no balanço de abertura.

Em 2013 os registros contábeis para reconhecimento dos ativos estão em consonância com as referidas normas societárias.

A seguir estão apresentados os efeitos desses ajustes sobre os saldos divulgados em 1º de janeiro, 30 de setembro e 31 de dezembro de 2012:

Balancos patrimoniais de 31 de dezembro de 2012 e 2011.

ATIVO	01/01/2012	CPC 33 (R1)	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	01/01/2012
	<u>(Divulgado)</u>				<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e outros	815.392	-	-	6.459	821.851
Títulos e valores mobiliários	26.233	-	-	-	26.233
Impostos e contribuições a recuperar	53.433	-	-	2.843	56.276
Despesas pagas antecipadamente	5.161	-	-	(2.854)	2.307
Serviços em curso	58.851	-	-	(48.546)	10.305
Outros ativos circulantes	268.408	-	-	(6.448)	261.961
TOTAL DO CIRCULANTE	1.227.478			(48.546)	1.178.932
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	57.838	-	-	(49.804)	8.033
Impostos e contribuições diferidos	164.542	(4.534)	16.784	166.377	343.169
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	212.392	-	-	(212.392)	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	269.623	-	(156.148)	-	113.475
Outros ativos não circulantes	464.805	-	-	-	464.805
Intangível	1.660.840	-	51.247	-	1.712.087
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.830.040	(4.534)	(88.117)	(95.819)	2.641.570
ATIVO TOTAL	4.057.518	(4.534)	(88.117)	(144.365)	3.820.502

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	01/01/2012	CPC 33	Base de	Reclassificações	01/01/2012
	<u>(Divulgado)</u>	(R1)	Remuneração Regulatória	para melhor apresentação	<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE					
Fornecedores	260.609	-	-	787	261.396
Empréstimos e financiamentos	168.648	-	-	-	168.648
Taxas regulamentares	63.990	-	-	(34.700)	29.290
Outros passivos circulantes	427.521	-	-	-	427.521
TOTAL DO CIRCULANTE	920.768	-	-	(33.913)	886.855
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	609.251	-	-	(49.804)	559.447
Taxas regulamentares	52.930	-	-	(14.633)	38.297
Impostos e contribuições diferidos	46.016	-	-	(46.016)	-
Entidade de previdência privada	279.500	(13.334)	-	-	266.166
Outros passivos não circulantes	541.759	-	-	-	541.759
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.529.456	(13.334)	-	(110.453)	1.405.669
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros resultados abrangentes	14.214	8.801	-	-	23.015
Prejuízo acumulado	-	-	(88.117)	-	(88.117)
Outros PL	1.593.080	-	-	-	1.593.080
Total do patrimônio líquido	1.607.294	8.801	(88.117)	-	1.527.978
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	4.057.518	(4.533)	(88.117)	(144.366)	3.820.502

ATIVO	31/12/2012	CPC 33	Base de	Reclassificações	31/12/2012
	<u>(Divulgado)</u>	(R1)	Remuneração Regulatória	para melhor apresentação	<u>(Reapresentado)</u>
CIRCULANTE					
Contas a receber de clientes e outros	677.858	-	-	-	677.858
Títulos e valores mobiliários	6.761	-	-	-	6.761
Impostos e contribuições a recuperar	56.942	-	-	-	56.942
Despesas pagas antecipadamente	1.688	-	-	-	1.688
Serviços em curso	13.014	-	-	-	13.014
Outros ativos circulantes	234.783	-	-	-	234.783
TOTAL DO CIRCULANTE	991.045	-	-	-	991.045
NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	2.803	-	-	-	2.803
Impostos e contribuições diferidos	322.767	21.878	34.401	-	379.046
Benefício fiscal - ágio incorporado da controladora	-	-	-	-	-
Concessão do serviço público (ativo financeiro)	464.132	-	(206.232)	-	257.900
Outros ativos não circulantes	305.043	-	-	-	305.043
Intangível	1.785.195	-	49.516	-	1.834.711
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	2.879.940	21.878	(122.315)	-	2.779.503
ATIVO TOTAL	3.870.985	21.878	(122.315)	-	3.770.548

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31/12/2012	CPC 33	Base de	Reclassificações	31/12/2012
	(Divulgado)	(R1)	Remuneração Regulatória	para melhor apresentação	(Reapresentado)
CIRCULANTE					
Fornecedores	318.791	-	-	29.661	348.452
Empréstimos e financiamentos	173.501	-	-	-	173.501
Taxas regulamentares	48.446	-	-	(29.661)	18.785
Outros passivos circulantes	398.127	-	-	-	398.127
TOTAL DO CIRCULANTE	938.865	-	-	-	938.865
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	587.417	-	-	-	587.417
Taxas regulamentares	43.213	-	-	-	43.213
Impostos e contribuições diferidos	-	-	-	-	-
Entidade de previdência privada	282.959	64.347	-	-	347.306
Outros passivos não circulantes	457.833	-	-	-	457.833
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE	1.371.422	64.347	-	-	1.435.769
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Outros resultados abrangentes	-	(42.469)	-	-	(42.469)
Prejuízo acumulado	-	-	(122.315)	-	(122.315)
Outros PL	1.560.698	-	-	-	1.560.698
Total do patrimônio líquido	1.560.698	(42.469)	(122.315)	-	1.395.914
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL	3.870.985	21.878	(122.315)	-	3.770.548

Demonstrações do Resultado referentes aos períodos de três e nove meses findos em 30 de setembro de 2012.

	01/07/12 a 30/09/12				01/01/12 a 30/09/12			
	Publicado	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado	Publicado	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	Reapresentado
RECEITA LÍQUIDA	826.796			826.796	2.434.115			2.434.115
CUSTO DO SERVIÇO	(709.565)	(16.225)	55.304	(670.486)	(2.022.277)	(32.616)	164.041	(1.890.852)
LUCRO BRUTO	117.231	(16.225)	55.304	156.310	411.838	(32.616)	164.041	543.263
Despesas com vendas	(74.436)	-	(49.218)	(123.654)	(213.696)	-	(145.367)	(359.063)
Despesas gerais e administrativas	(38.415)	-	-	(38.415)	(113.854)	-	-	(113.854)
LUCRO OPERACIONAL	4.380	(16.225)	6.086	(5.759)	84.288	(32.616)	18.674	70.346
Resultado financeiro	(21.229)	(3.463)	(6.086)	(30.778)	(54.894)	(7.245)	(18.674)	(80.813)
Receitas financeiras	23.082	(3.463)	-	19.619	85.767	(7.245)	-	78.522
Despesas financeiras	(44.311)	-	(6.086)	(50.397)	(140.661)	-	(18.674)	(159.335)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(16.849)	(19.688)	-	(36.537)	29.394	(39.861)	-	(10.467)
Imposto de renda e contribuição social Corrente	(3.098)	6.694	-	3.596	(11.543)	13.553	-	2.010
Diferido	12.782	-	-	12.782	697	-	-	697
Imposto de renda - SUDENE	(3.671)	6.604	-	3.023	1.655	13.553	-	15.208
Amortização do benefício fiscal do ágio e reversão da PMPL	(7.585)	-	-	(7.585)	(19)	-	-	(19)
	(4.624)	-	-	(4.624)	(13.876)	-	-	(13.876)
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO	(19.947)	(12.994)	-	(32.941)	17.851	(26.308)	-	(8.457)

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido referentes 31 de dezembro de 2012 e 2011.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Em 01/01/2012						
Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	
Saldo Publicado	590.174	558.080	444.826	14.214	-	1.607.294
Efeitos CPC 33 (R1)	-	-	-	8.801	-	8.801
Base de Remuneração Regulatória	-	-	-	(88.117)	-	(88.117)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	590.174	558.080	444.826	23.015	(88.117)	1.527.978

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido						
Em 31/12/2012						
Capital Social	Reserva de Capital	Reserva de Lucros	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Total do Patrimônio Líquido	
Saldo Publicado	590.174	558.080	412.444	-	-	1.560.698
Efeitos CPC 33 (R1)	-	-	-	(42.469)	-	(42.469)
Base de Remuneração Regulatória	-	-	-	(122.315)	-	(122.315)
Total do Patrimônio Líquido Reapresentado	590.174	558.080	412.444	(42.469)	(122.315)	1.395.914

Demonstração do Valor Adicionado referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

	01/01/12 a 30/09/12		
	Publicado	Base de Remuneração Regulatória	Reapresentado
Amortização	(102.957)	(32.616)	(135.573)
Receitas financeiras	85.767	(7.245)	78.522
Outros	1.308.078	-	1.308.078
Valor adicionado total a distribuir	1.290.888	(39.861)	1.251.027
Imposto de renda e contribuição social	11.543	(13.553)	(2.010)
Lucro/(prejuízo)	17.851	(26.308)	(8.457)
Outros	1.261.494	-	1.261.494
Valor adicionado distribuído	1.290.888	(39.861)	1.251.027

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Demonstração do Fluxo de Caixa referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2012.

	01/01/12 a 30/06/12			Reapresentado
	Publicado	Base de Remuneração Regulatória	Reclassificações para melhor apresentação	
AJUSTES PARA CONCILIAR O LUCRO AO CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	543.013	18.034	(33.497)	527.550
(AUMENTO) REDUÇÃO DOS ATIVOS OPERACIONAIS	(40.604)	(18.034)	45.492	(13.146)
AUMENTO (REDUÇÃO) DOS PASSIVOS OPERACIONAIS	(54.563)	-	(2.273)	(56.836)
CAIXA ORIUNDO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	447.846	-	9.722	457.568
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(265.017)	-	(9.722)	(274.739)
UTILIZAÇÃO DE CAIXA EM ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(170.789)	-	-	(170.789)
AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA	12.040	-	-	12.040
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	236.788			236.788
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	248.828			248.828
VARIAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA	12.040	-	-	12.040

3. TERCEIRO CICLO DE REVISÃO TARIFÁRIA E REAJUSTE TARIFÁRIO

O Contrato de Concessão nº 026/2000, que regula a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Celpe define a data de 29/04/2013 para a realização da terceira revisão tarifária periódica (3CRTP).

As metodologias aplicáveis ao 3CRTP foram definidas nos Módulos 2 e 7 do PRORET que tratam, respectivamente, do cálculo da revisão tarifária e da estrutura tarifária aplicável. Ambos os módulos foram aprovados em novembro de 2011 por meio das Resoluções ANEEL n°s 457/2011 e 464/2011.

A taxa de remuneração regulatória (WACC) incluída na tarifa cobrada aos clientes da Companhia foi de 11,36% antes dos impostos e corresponde à remuneração dos ativos que compõem a infra-estrutura da concessão (ativo financeiro indenizável e intangível).

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.519 de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 0,18%, sendo 1,60% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -1,42% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 1,32% a ser percebido pelos consumidores cativos.

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2013 com vigência até 28 de abril de 2014.

Os consumidores industriais e comerciais de médio e grande porte, atendidos em alta tensão, tiveram reposicionamento médio de 0,19%. Para os consumidores atendidos em baixa tensão, que inclui os consumidores residenciais e baixa renda, o efeito médio foi de 1,97%.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os índices aprovados pela ANEEL incidem nas tarifas já reduzidas de acordo com a Revisão Tarifária Extraordinária anunciada em 24 de janeiro de 2013, conforme dispõe a Lei nº 12.873/2013.

O Despacho 1.102 de 12/04/2013 estabeleceu a Base de Remuneração Líquida da Distribuição e da Geração de R\$ 2.173.352.

Conforme dispõe a Resolução ANEEL 457/11, o resultado do laudo de avaliação regulatória foi registrado na contabilidade regulatória da Companhia até o segundo mês subsequente à aprovação pela diretoria da ANEEL e os impactos societários estão contemplados nessas demonstrações intermediárias através da reclassificação.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
Caixa e Depósitos bancários à vista	6.523	13.459
Aplicações financeiras de liquidez imediata:		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	5.641	20.229
Fundos de investimento	148.378	158.914
	<u>160.541</u>	<u>192.602</u>

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

A carteira de aplicações financeiras é constituída, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: operações compromissadas, CDB's e cotas de fundos. Os valores aplicados são convertidos em cotas com atualização diária e o cálculo do saldo do cotista é feito multiplicando o número de cotas adquiridas pelo valor da cota no dia.

As demais aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário - CDB's, que correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional, contratadas pela empresa a percentuais que variam de 95% a 101%, do Certificado de Depósito Interbancário (CDI), tendo como característica alta liquidez e baixo risco de crédito.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS

As contas a receber de clientes e outros estão compostos da seguinte forma:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Consumidores	(a)	1.159.025	1.301.184
Títulos a receber	(b)	35	2.214
Comercialização de energia na CCEE	(c)	35.652	53.063
Disponibilização do sistema de distribuição		13.675	19.779
Serviços prestados a terceiros		2.555	2.472
Serviços taxados e administrativos		48.180	51.100
Subvenção	(d)	72.372	33.296
Outros créditos		25.531	38.477
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(e)	<u>(606.950)</u>	<u>(578.130)</u>
Total		<u>750.075</u>	<u>923.455</u>
Circulante		583.470	677.858
Não circulante		166.605	245.597

(a) Consumidores

	Saldo vincendos	Saldos vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais de 90 dias	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Setor privado							
Residencial	85.792	53.403	421.486	560.681	612.222	(421.486)	(412.510)
Industrial	50.096	5.082	82.095	137.273	143.936	(74.614)	(63.809)
Comercial, serviços e outras	64.527	13.368	58.990	136.885	165.092	(48.028)	(45.348)
Rural	14.216	5.620	52.685	72.521	81.124	(26.156)	(24.845)
	<u>214.631</u>	<u>77.473</u>	<u>615.256</u>	<u>907.360</u>	<u>1.002.374</u>	<u>(570.284)</u>	<u>(546.512)</u>
Setor público							
Poder público							
Federal	6.671	489	2.692	9.852	11.358	(1.494)	(1.155)
Estadual	7.546	315	712	8.573	15.339	(1.421)	(1.099)
Municipal	81.436	5.643	7.768	94.847	100.533	(4.758)	(5.649)
	<u>95.653</u>	<u>6.447</u>	<u>11.172</u>	<u>113.272</u>	<u>127.230</u>	<u>(7.673)</u>	<u>(7.903)</u>
Iluminação pública	9.850	3.024	9.240	22.114	28.329	(7.341)	(2.386)
Serviço público	20.391	738	6.772	27.901	31.482	(2.958)	(595)
Fornecimento não faturado	88.378	-	-	88.378	111.769	-	-
Total	<u>428.903</u>	<u>87.682</u>	<u>642.440</u>	<u>1.159.025</u>	<u>1.301.184</u>	<u>(588.255)</u>	<u>(557.396)</u>
Circulante				1.001.035	1.064.199	(578.021)	(541.675)
Não circulante				157.990	236.985	(10.234)	(15.721)

As contas a receber do não circulante representam os valores resultantes da consolidação de parcelamentos de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa calculados pró-rata temporis.

(b) Títulos a receber

Referem-se aos parcelamentos de débitos financeiros, oriundos de débitos de agentes arrecadadores, aluguéis, custas processuais, dentre outros.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Saldos vincendos	Vencidos		Total		PCLD	
		Até 90 dias	Mais 90 dias	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Setor público	21	2	12	35	66	(13)	(27)
Setor privado	-	-	-	-	2.148		(2.025)
Total	21	2	12	35	2.214	(13)	(2.052)
Circulante				23.333	1.662	(13)	(1.555)
Não circulante				(23.298)	552	-	(497)

Os parcelamentos de débitos incluem juros e atualização monetária a taxas, prazos e indexadores comuns de mercado, e os valores, líquidos da PCLD, são considerados recuperáveis pela Administração da Companhia.

(c) Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE

Referem-se a créditos oriundos da comercialização de energia no mercado de curto prazo no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE (antigo Mercado Atacadista de Energia – MAE) informados pela CCEE a partir da medição e registro da energia fornecida no sistema elétrico interligado.

Os valores do não circulante compreendem as operações realizadas no período de setembro de 2000 a dezembro de 2002 vinculados a processos judiciais em andamento movido por agentes do setor que contestam a contabilização da CCEE para o período. Dada à incerteza de sua realização a Companhia constituiu Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, em valor equivalente à totalidade do crédito.

(d) Subvenções**Baixa Renda – Tarifa Social**

O Governo Federal, por meio das Leis nºs 12.212, de 20 de janeiro de 2010 e 10.438, de 26 de abril de 2002, determinou a aplicação da tarifa social de baixa renda com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica aos consumidores finais integrantes da subclasse residencial baixa renda.

O Decreto Presidencial nº 7.583, de 13 de outubro de 2011 definiu as fontes para concessão de subvenção econômica, a ser custeada com recursos da CDE e com alterações na estrutura tarifária de cada concessionária. A Resolução Normativa ANEEL nº 472, de 24 de janeiro de 2012 estabeleceu a metodologia de cálculo para apurar a Diferença Mensal de Receita – DMR e o montante de recursos a ser repassado a cada distribuidora para custear essa diferença.

A referida subvenção é calculada mensalmente pela distribuidora e submetida à ANEEL para aprovação e homologação através de Despacho, após o qual ocorre o repasse.

O saldo a receber em 30 de setembro de 2013 é R\$ 30.326, (R\$ 33.296 em 31 de dezembro 2012), relativo às subvenções dos meses de agosto (R\$ 14.998) e setembro (R\$ 15.328) de 2013.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

CDE

Em 24 de Janeiro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 605/2013 que atribuiu à Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, além de suas finalidades originais, o custeio de vários dos descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Na mesma data foi publicado o Decreto nº 7.891/2013 estabelecendo que os descontos custeados pela CDE fossem retirados da estrutura tarifária das concessionárias de distribuição por ocasião da Revisão Extraordinária. O saldo a receber em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 42.046, relativo à subvenção de maio a setembro de 2013 no valor mensal de R\$ 8.409.

(e) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa – PCLD

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída e após criteriosa análise das contas a receber vencidas, com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos consumidores e as garantias reais para os débitos, e é considerada pela administração da Companhia suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

Duas mudanças impactaram nas estratégias de cobrança da Companhia, conforme descrito a seguir: a) as decorrentes das regras comerciais promovidas pela Resolução ANEEL 414/10, que estabeleceu restrições aos cortes de consumidores inadimplentes; b) os reflexos da Lei 12.212/10 e Decreto 7.583/11, que impactaram a política de diferenciação de tarifas existentes para o grupo de baixa renda, visto que antes a análise era realizada anteriormente, considerando tão somente o consumo em kWh ou a auto-declaração para determinar se o cliente era apto ou não a receber a tarifa diferenciada. Com a referida Lei, passou a ser exigido o seu efetivo cadastramento nos planos sociais do Governo, o NIS – Número de Identificação Social, o BPC – Benefício de Prestação Continuada ou NB – Número do Benefício. Tal alteração desencadeou o descredenciamento de mais de 770 mil clientes, que passaram a ter sua fatura com a tarifa cheia, além de pagar o ICMS, encarecendo a conta de energia desse segmento de clientes, e levando a Companhia a deixar de receber a respectiva subvenção.

Do total de clientes da Celpe, que corresponde a cerca de 3,2 milhões de consumidores, a Companhia, preventivamente, selecionou um grupo de clientes com perfil vulnerável às mudanças acima citadas, definindo uma estratégia específica de cobrança. Este grupo foi denominado de Conjunto Monitorado, correspondendo a cerca de 360 mil clientes. Nesse conjunto a maior concentração era de clientes da classe residencial e dentro desta classe, a maioria possuía perfil de baixo consumo de energia.

A Administração da Companhia, através de seus órgãos representativos – Diretoria Executiva e Conselho de Administração, além do Comitê de Auditoria, baseada em sua experiência das perdas efetivas da Companhia e em seu melhor entendimento do cenário econômico e regulatório, ainda em 2011, resolveu dar um tratamento especial aos clientes mais vulneráveis às mudanças regulatórias e legais já mencionadas acima.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Conjunto Monitorado seguiu seu cronograma de cobrança previsto e durante 2012 os lotes foram devidamente acionados, e todas as ações de cobrança realizadas. Não houve nenhuma alteração da política de contabilização da PCLD em 2012, tão somente o cumprimento do cronograma inicialmente previsto e iniciado em julho de 2011 e finalizado em dezembro de 2012. Os clientes acionados que não responderam as ações de cobrança, tiveram seus débitos lançados integralmente à PCLD.

A partir do segundo semestre de 2011, a Companhia realizou uma readequação de seus processos de cobrança, contemplando a restrição de ações de parcelamento e intensificando as ações de campo para os consumidores inadimplentes contumazes. Dessa forma, para aqueles consumidores que não responderam às novas ações de cobrança, a Companhia realizou o provisionamento de seus débitos.

Para fins fiscais, o excesso de provisão calculado em relação aos termos dos artigos 9 e 10 da Lei nº 9.430/96, está adicionado ao lucro real e a base de cálculo da contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL.

	Consumidores	Títulos a receber	Outros créditos	Total
Saldos em 01 de janeiro de 2012	(261.819)	(1.947)	-	(263.766)
Adições	(351.328)	(502)	(18.682)	(370.512)
Reversões	55.751	397	-	56.148
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>(557.396)</u>	<u>(2.052)</u>	<u>(18.682)</u>	<u>(578.130)</u>
Adições	(42.473)	1.256	-	(41.217)
Reversões	11.614	783	-	12.397
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>(588.255)</u>	<u>(13)</u>	<u>(18.682)</u>	<u>(606.950)</u>

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais, a preços e condições de mercado, que estão vinculados como contraparte de garantias oferecidas para participação em leilões de energia e contratações de financiamentos, além de aplicações em fundo exclusivo composto por papéis com vencimentos no longo prazo e Letras Financeiras do Tesouro (LFT).

Agente Financeiro	Ref.	Tipo de aplicação	Vencimento	Indexador	30/09/13	31/12/12
Banco do Brasil	(a)	Fundo BB Polo	(*)	CDI	11.304	-
Bradesco	(a, b)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	193	1.119
Bradesco	(a)	LFT	mar-13	CDI	259	22
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	101	5.230
Caixa Econômica Federal	(b)	Fundo de Investimento	(*)	Variável	-	1.397
Banco Itaú	(a)	CDB	jul-13	CDI	71	68
Caixa Econômica Federal	(a)	CDB	diversos	CDI	-	1.684
Votorantim	(a)	CDB	dez-13	CDI	39	44
Total					<u>11.966</u>	<u>9.564</u>
Circulante					11.515	6.761
Não circulante					451	2.803

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (a) Constituem reservas reais para garantia de empréstimos junto às instituições financeiras (vide nota explicativa nº 15).
 (b) Constituem garantia para leilão de energia.
 (*) Aplicações com liquidez imediata sem vencimento pré-determinado.

Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha com liquidez diária, recompra garantida, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI, valorização diária, com registro na Cetip e com portabilidade total e imediata.

A mutação dos títulos e valores mobiliários é a seguinte:

Saldo em 01 de janeiro de 2012	34.267
Aplicações	197.200
Resgates	(222.693)
Remuneração	790
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>9.564</u>
Aplicações	146.370
Resgates	(144.150)
Remuneração	182
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u><u>11.966</u></u>

7. RECURSOS CDE

	Ref.	30/09/13
Encargos de serviço de sistema	(a)	4.245
Risco hidrológico	(b)	(2.249)
Total		<u><u>1.996</u></u>

A partir de outubro de 2012, verificou-se uma mudança no cenário energético que impactou no Preço de Liquidação de Diferenças - PLD e resultou no intenso despacho de usinas termoeletricas, visando evitar o esgotamento dos reservatórios das hidroelétricas.

Adicionalmente, em janeiro de 2013, em decorrência da implementação das regras previstas na Lei nº 12.783/2013, da não realização do leilão A-1 em 2012 e de outras frustrações contratuais, a situação foi agravada com a insuficiência de energia contratada.

De modo a evitar que tais elevações de custos pudessem onerar as tarifas dos consumidores finais, foi publicado em 8 de março de 2013 o Decreto nº 7.945, que possibilitou que a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE, além de suas demais finalidades, custeasse também os valores adicionais necessários à aquisição de energia elétrica em razão de segurança energética e à exposição involuntária das distribuidoras no mercado de curto prazo, cujos custos têm repasses previstos às tarifas dos consumidores finais no processo tarifário.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os efeitos do Decreto 7.945, a título do repasse de recursos da CDE, iniciaram-se a partir das operações do mercado de curto prazo de janeiro de 2013 e ocorrerão ao longo do ano de 2013, levando em conta os resultados do processo de contabilização mensal, no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE. O referido decreto atribuiu à ANEEL a competência para apuração individualizada dos montantes a repassar. Os aportes são feitos pela Eletrobrás, sendo utilizados diretamente para pagamento das despesas relativas aos seguintes componentes:

(a) Encargo do Serviço do Sistema

Custo incorrido referente à parcela de segurança energética, para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional – SIN;

(b) Risco Hidrológico

Valor considerado suficiente para neutralizar a exposição das distribuidoras cotistas das usinas que tiveram a concessão renovada de acordo com a Lei 12.783/2013 no mercado de curto prazo, em decorrência do baixo nível dos reservatórios; e

8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECUPERAR

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Circulante			
Imposto de renda - IR	(a)	27.253	15.044
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	(a)	21.980	10.417
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	23.140	17.397
Programa de integração social - PIS	(c)	3.194	1.722
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	(c)	14.948	7.949
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS		4.634	3.998
Imposto sobre serviços - ISS		427	415
		<u>95.576</u>	<u>56.942</u>
Não circulante			
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	(b)	17.077	17.689
		<u>17.077</u>	<u>17.689</u>
Total		<u>112.653</u>	<u>74.631</u>

(a) O ativo de Imposto de renda (IR) e a Contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) antecipados correspondem aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras, retenção de órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados.

(b) ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados a prestação de serviços da Companhia, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(c) O PIS e a COFINS a recuperar decorrente do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis n^{os} 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, e de acordo com o disposto no Parecer SRFB Cosit n^o 27/2008 e das retenções de órgãos públicos.

9. SERVIÇOS EM CURSO

	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
Serviço próprio	924	3.092
Serviços prestados a terceiros	9.341	8.637
Transf. fabric. reparo de materias	<u>1.466</u>	<u>1.285</u>
Total	<u><u>11.731</u></u>	<u><u>13.014</u></u>

As Ordens de Serviço em Curso representa um processo de registro, acompanhamento e controle de valores, que será utilizado para apuração de custos referentes aos serviços executados para terceiros ou para a própria concessionária e permissionária. Quando da conclusão dos serviços esses custos serão transferidos para outras contas patrimoniais e/ou de resultado a depender da natureza do serviço.

Os valores recebidos a título de adiantamento para execução desses serviços técnicos estão contabilizados a crédito da conta de Adiantamentos Recebidos (vide nota explicativa 23 – Outros Passivos).

10. OUTROS ATIVOS

	<u>Ref.</u>	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
Adiantamentos a empregados		1.328	812
Adiantamentos a fornecedores	(a)	8	15.008
Serviços prestados a terceiros		3.298	4.198
Alienações em curso		2.089	2.037
Precatório - Finsocial/PAES	(b)	5.130	5.086
Cobrança extra judicial	(c)	5.590	5.590
Uso mútuo de postes		3.884	2.998
Títulos de crédito a receber		1.638	1.638
Outros créditos a receber		<u>5</u>	<u>647</u>
Total		<u><u>22.970</u></u>	<u><u>38.014</u></u>
Circulante		20.812	35.856
Não circulante		2.158	2.158

(a) Valor de adiantamento as cooperativas, referente à aquisição dos seus ativos pela Celpe, conforme acordo firmado em 06/09/2012 e baixado em 2013, quando da incorporação dos ativos.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(b) Valor referente a débitos incluídos indevidamente pela Receita Federal do Brasil - RFB no parcelamento PAES e cuja revisão já está sendo realizada por este órgão por solicitação da Companhia.

(c) Pedido aguardando análise da ANEEL referente ao ICMS das aquisições de óleo diesel, destinadas à produção de energia elétrica em Fernando de Noronha-PE, onde a saída de energia elétrica é amparada pela isenção e com isto estes valores de ICMS passam a integrar o custo da geração e portanto são reembolsáveis pela CCC.

11. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS

A composição dos impostos e contribuições diferidos é a seguinte:

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Imposto de renda e contribuição social	(a)	176.784	185.155
Diferido ativo		176.784	211.161
Diferido passivo		-	(26.006)
Benefício fiscal do ágio e reversão PMIPL	(b)	180.630	193.891
Total		<u>357.414</u>	<u>379.046</u>

(a) Imposto de renda e contribuição social

A Companhia registrou os tributos e contribuições sociais diferidos sobre as diferenças temporárias, cujos efeitos financeiros desses tributos e contribuições ocorrerão no momento da realização. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, considerando o adicional de 10%, e a contribuição social está constituída a alíquota de 9%.

No quadro a seguir, estão demonstrados os tributos e contribuições sociais diferidos pelo líquido, conforme CPC 32:

	Ativo			
	30/09/13		31/12/12	
	Base de cálculo	Tributo diferido	Base de cálculo	Tributo diferido
Imposto de renda				
Prejuízos fiscais	39.741	9.935	46.902	11.725
Diferenças temporárias	485.295	121.323	485.459	121.365
	<u>525.036</u>	<u>131.258</u>	<u>532.361</u>	<u>133.090</u>
Contribuição Social				
Base negativa	39.741	3.577	46.902	4.221
Diferenças temporárias	466.110	41.949	531.592	47.844
	<u>505.851</u>	<u>45.526</u>	<u>578.494</u>	<u>52.065</u>

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	30/09/13		31/12/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	81.825	81.825	76.716	76.716
Provisão para passivo atuarial	378.103	378.103	360.234	360.234
Provisão para demissão voluntária	598	598	1.032	1.032
Provisão jurídicas	69.047	69.047	68.070	68.070
Provisão PLR	4.930	4.930	4.900	4.900
Pesquisa e desenvolvimento	-	-	70.337	70.337
Prejuízo fiscal	39.741	39.741	46.902	46.902
Incentivo fiscal Sudene	19.185	-	29.396	-
Ajustes RTT				
Valor justo de derivativos financeiros	20	20	-	-
Diferença entre valor justo do ano corrente e da adoção inicial	-	-	-	-
Ativos e passivos regulatórios	83.426	83.426	22.345	22.345
Encerramento de ordem de serviço	2.592	2.592	7.074	7.074
Outros ajustes de RTT	-	-	46.155	46.155
Outros	5.118	5.118	3.615	3.615
Total Ativo	684.587	665.402	736.776	707.380
Passivo (-)				
Ajustes RTT				
Valor justo de derivativos financeiros	-	-	(43)	(43)
Diferença entre o valor justo do ano corrente e o valor justo na adoção inicial	(10.333)	(10.333)	(45.327)	(45.327)
Ajuste da quota anual de amortização	(105)	(105)	-	-
Capitalização/(amortização) de juros de acordo com o IFRS	(65.116)	(65.116)	(59.965)	(59.965)
Ativos e passivos regulatórios	(83.426)	(83.426)	(22.345)	(22.345)
Custo de captação	(571)	(571)	(1.206)	(1.206)
Outros	-	-	(75.529)	-
Total Passivo	(159.551)	(159.551)	(204.415)	(128.886)
Total Líquido	525.036	505.851	532.361	578.494

Estudos técnicos de viabilidade aprovados pelo Conselho de Administração e apreciados pelo Conselho Fiscal da Companhia, indicam a plena recuperação dos valores de tributos diferidos reconhecidos e correspondem às melhores estimativas da administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado em que a mesma opera, conforme Instrução CVM nº 371/2002.

A expectativa de realização de créditos fiscais ativos está demonstrada a seguir:

	30/09/2013
	Ativo
2012	
2013	19.507
2014	18.020
2015	26.313
2016	31.551
2017	81.393
Total	176.784

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

A seguir é apresentada reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais em 30 de setembro de 2013 e 2012.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ref.	Período acumulado de três meses findos em			
	30/09/13		30/09/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	(5.272)	(5.272)	(36.536)	(36.536)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(4.421)	(4.421)	(4.624)	(4.624)
Ajustes decorrentes do RTT	(13.944)	(13.944)	(15.622)	(15.622)
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	(23.637)	(23.637)	(56.782)	(56.782)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	(5.909)	(2.127)	(14.196)	(5.110)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	10	4	20	7
Multas indedutíveis	32	11	17	6
Depreciação veículos executivos	12	5	8	3
Excesso despesas previdenciárias	1.081	389	830	299
Outras adições	751	270	14	5
	1.885	679	889	321
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(2.145)	(772)	(2.245)	(808)
Incentivo fiscal SUDENE	14.380	-	7.585	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	495	-	346	-
Outras exclusões	-	-	11	-
	12.730	(772)	5.697	(808)
Imposto de renda e contribuição social no período	8.707	(2.220)	(7.610)	(5.597)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	(1)	-	-	-
Diferido de diferença temporária de RTT	(10.598)	1.254	3.924	1.063
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(1.892)	(966)	(3.686)	(4.534)
Corrente	(5.769)	(7.433)	(1.720)	(3.477)
Recolhidos e Pagos	1.357	2	(6.145)	(6.120)
Á pagar	(985)	-	-	-
Compensados e deduzidos	1	-	-	-
Impostos antecipados a recuperar	(6.142)	(7.435)	4.425	2.643
Diferido	3.877	6.467	(1.966)	(1.057)
	(1.892)	(966)	(3.686)	(4.534)

Ref.	Período acumulado de nove meses findos em			
	30/09/13		30/09/12	
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro contábil antes do imposto de renda e contribuição social	87.612	87.612	(10.467)	(10.467)
Amortização do ágio e reversão da PMIPL	(13.262)	(13.262)	(13.876)	(13.876)
Ajustes decorrentes do RTT	40.880	40.880	9.806	9.806
Juros sobre capital próprio	-	-	-	-
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social após ajuste RTT	115.230	115.230	(14.537)	(14.537)
Alíquota do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	28.808	10.371	(3.634)	(1.308)
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Contribuições e doações	25	9	60	22
Multas indedutíveis	36	13	22	8
Depreciação veículos executivos	32	12	30	11
Excesso despesas previdenciárias	3.204	1.153	2.421	872
Outras adições	3.839	1.382	52	19
	7.135	2.569	2.585	932
(-) Exclusões				
Reversão da provisão do ágio	(6.436)	(2.317)	(6.734)	(2.424)
Incentivo fiscal SUDENE	-	-	19	-
Incentivos audiovisual/rouanet e PAT	(46)	-	-	-
Outras exclusões	(10)	-	(605)	(93)
	(6.492)	(2.317)	(7.320)	(2.517)
Imposto de renda e contribuição social no período	29.451	10.623	(8.369)	(2.893)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social gerado (compensado)	972	352	-	-
Diferido de diferença temporária de RTT	(26.548)	(3.682)	(3.399)	(1.225)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	3.876	7.293	(11.768)	(4.118)
Corrente	1.850	685	(586)	(92)
Recolhidos e Pagos	7.301	10.097	(586)	(92)
Compensados e deduzidos	690	350	-	-
Impostos antecipados a recuperar	(6.141)	(9.762)	-	-
Diferido	2.026	6.608	(11.182)	(4.026)
	3.876	7.293	(11.768)	(4.118)

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(a) Regime Tributário de Transição - RTT

A Medida Provisória 449/2008, de 3 de dezembro de 2008 convertida na Lei 11.941/09, instituiu o RTT - Regime Tributário de Transição, que tem como objetivo neutralizar os impactos dos novos métodos e critérios contábeis introduzidos pela Lei 11.638/07, na apuração das bases de cálculos de tributos federais.

A aplicação do RTT foi opcional para os anos de 2008 e 2009 e obrigatória a partir de 2010 para às pessoas jurídicas sujeitas ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) de acordo com a sistemática de lucro real ou de lucro presumido.

A Companhia efetuou sua opção pela adoção do RTT na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica de 2009, (DIPJ) ano-calendário 2008 e adicionalmente em 30 de novembro de 2009 efetuou a elaboração do Controle Fiscal Contábil de Transição (FCONT) criado pela Instrução Normativa 949/2009 da Receita Federal do Brasil.

Foram excluídos na apuração das bases de cálculos dos tributos federais da Companhia, conforme determinado no RTT, os ajustes contábeis decorrentes da aplicação dos CPC's: Estrutura Conceitual Básica (Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios), 04 (Ativo Intangível), 08 (Custo de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários), 20 (R1) (Custos de Empréstimos), 33 (Benefícios a Empregados), 38 (Instrumentos Financeiros) e ICPC 01 (R1) (Contratos de Concessão).

(b) Benefício fiscal – ágio incorporado da controladora

O benefício fiscal do ágio incorporado refere-se ao crédito fiscal calculado sobre o ágio de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM n°s 319/99 e 349/01.

Os registros contábeis mantidos para fins societários e fiscais da Companhia apresentam contas específicas relacionadas com ágio incorporado, provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido e amortização, reversão e crédito fiscal correspondentes.

12. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Estão classificados neste grupo os depósitos judiciais recursais à disposição do juízo para permitir a interposição de recurso, nos termos da lei.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>30/09/13</u>	<u>31/12/12</u>
Trabalhistas	12.355	8.437
Cíveis	18.810	16.715
Fiscais:	<u>12.154</u>	<u>11.713</u>
PIS / COFINS	1.062	946
Impostos municipais	3.556	3.283
INSS	1.142	1.090
IOF	6.265	6.265
Outros	129	129
Total	<u><u>43.319</u></u>	<u><u>36.865</u></u>

Os depósitos judiciais são atualizados mensalmente, pelos índices aplicáveis para a atualização das cadernetas de poupança (TR), nos casos de depósitos de natureza cível e trabalhista e para a atualização dos valores relativos a débitos tributários (Taxa SELIC) para os depósitos de natureza fiscal/tributária.

13. CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO (ATIVO FINANCEIRO)

O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Energia Elétrica nº 26, de 30 de março de 2000 e aditivos posteriores, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Concessionária - Operador) regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica pela Companhia, onde:

- ✓ O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar e para quem (classe de consumidores) os serviços devem ser prestados;
- ✓ O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e à melhoria da qualidade no atendimento aos consumidores, e o operador tem como obrigação, na entrega da concessão, devolver a infraestrutura nas mesmas condições em que a recebeu na assinatura desses contratos. Para cumprir com essas obrigações, são realizados investimentos constantes durante todo o prazo da concessão. Portanto, os bens vinculados à concessão podem ser repostos, algumas vezes, até o final da concessão;
- ✓ Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao poder concedente mediante pagamento de uma indenização; e
- ✓ O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos de concessão com base em fórmula paramétrica (Parcelas A e B), bem como são definidas as modalidades de revisão tarifária, que deve ser suficiente para cobrir os custos, a amortização dos investimentos e a remuneração pelo capital investido.

Com base nas características estabelecidas no contrato de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia, a Administração entende que estão atendidas as condições para a aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, a qual fornece

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

orientações sobre a contabilização de concessões de serviços públicos a operadores privados, de forma a refletir o negócio de distribuição elétrica, abrangendo:

(a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

(b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) classificada como um ativo intangível em virtude de a sua recuperação estar condicionada à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores (vide nota explicativa nº 13).

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Lei nº 12.783/13, dentre outras deliberações, determinou que a indenização a ser paga pelo poder concedente pela reversão dos bens atrelados ao serviço público de distribuição de energia será baseada no VNR não amortizado até o término da concessão, adotando-se o banco de preços homologados pela ANEEL.

A movimentação dos saldos referentes à concessão de serviço público (ativo financeiro) está assim apresentada:

	Ref.	
Saldos em 01 de janeiro de 2012		113.475
Baixas	(a)	(19.970)
Transferências		146.335
Atualização monetária / valor justo		18.060
Saldos em 31 de dezembro de 2012		<u>257.900</u>
Baixas		(1.960)
Transferências	(b) / (c)	53.868
Atualização monetária / valor justo		10.528
Saldos em 30 de setembro de 2013		<u><u>320.337</u></u>

- (a) Conforme mencionado na Nota 2, item 2.3, em decorrência do processo de Revisão Tarifária Periódica a Companhia realizou uma revisão nos gastos capitalizados aos ativos vinculados à infra-estrutura da concessão e identificou itens que não se enquadram para reconhecimento como ativo e procedeu ajustes retrospectivos dos registros contábeis indevidos conforme CPC 23 – Retificação de Erro.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- (b) Redistribuição da infra-estrutura que é classificada no ativo financeiro e no ativo intangível a partir do Laudo da Base de Remuneração Regulatória do 3CRT, Despacho ANEEL no. 1.073 de 11 de abril de 2013, sem impactar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção da ICPC01 e da OCPC05.
- (c) Transferência do Intangível em curso em decorrência do processo de novos ativos incorporados no montante de R\$ 49.571, líquida da transferência para o intangível em serviço em decorrência de reclassificação no montante de R\$ 4.297.

A concessão da Companhia não é onerosa, desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. A concessão outorgada tem prazo de vigência de 30 anos, encerrando-se em março de 2030. O contrato de concessão prevê a possibilidade de prorrogação da vigência, a critério exclusivo do Poder Concedente, mediante requerimento da concessionária.

Em caso de extinção da concessão pelo advento do termo final do contrato ou outra das hipóteses que prevê, operar-se-á, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante de indenização devida à Companhia, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

14. INTANGÍVEL

Por natureza, o intangível está constituído da seguinte forma:

	30/09/13				31/12/12	
	Taxas anuais médias ponderadas de amortização (%)	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido
<u>Em serviço</u>						
Direito de uso da concessão	4,55	3.314.142	(1.480.898)	(175.353)	1.657.890	1.679.529
<u>Em curso</u>						
Direito de uso da concessão		256.920	-	(19.450)	237.470	155.182
Total		<u>3.571.062</u>	<u>(1.480.898)</u>	<u>(194.803)</u>	<u>1.895.360</u>	<u>1.834.711</u>

A movimentação do saldo do intangível está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Em serviço			Em curso			Total	
	Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Custo	Obrigações especiais		Valor líquido
Saldos em 01 de janeiro de 2012	3.106.120	(1.384.084)	(199.466)	1.522.571	195.709	(6.193)	189.516	1.712.087
Adições	-	-	-	-	513.078	(7.833)	505.245	505.245
Baixas	(251.855)	217.626	513	(33.716)	98	-	98	(33.618)
Amortizações	-	(155.570)	9.673	(145.897)	-	-	-	(145.897)
Transferências - Intangíveis	545.964	-	(7.655)	538.309	(545.964)	7.655	(538.309)	-
Transferências - Ativos financeiros	(187.291)	-	16.010	(171.281)	-	-	-	(171.281)
Transferências - Outros	25.137	(55.594)	-	(30.457)	(1.368)	-	(1.368)	(31.825)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>3.238.075</u>	<u>(1.377.622)</u>	<u>(180.925)</u>	<u>1.679.529</u>	<u>161.553</u>	<u>(6.371)</u>	<u>155.182</u>	<u>1.834.711</u>
Adições	-	-	-	-	238.832	(11.954)	226.878	226.878
Baixas	(18.589)	13.884	-	(4.706)	(693)	-	(693)	(5.399)
Amortizações	-	(118.405)	7.037	(111.367)	-	-	-	(111.367)
Transferências - Intangíveis	94.589	-	(1.466)	93.123	(94.589)	1.466	(93.123)	0
Transferências - Ativos financeiros	(4.297)	-	-	(4.297)	(50.324)	753	(49.571)	(53.868)
Transferências - Outros	4.364	1.245	-	5.609	2.141	(3.344)	(1.203)	4.406
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>3.314.142</u>	<u>(1.480.898)</u>	<u>(175.353)</u>	<u>1.657.890</u>	<u>256.920</u>	<u>(19.450)</u>	<u>237.470</u>	<u>1.895.360</u>

A agência reguladora ANEEL é responsável por estabelecer a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição, para efeitos de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização dos bens reversíveis no vencimento do prazo da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como uma estimativa razoável/adequada para efeitos contábeis e regulatórios e que representa a melhor estimativa de vida útil-econômica dos bens.

A Administração da Companhia entende que a amortização do ativo intangível deve respeitar a vida útil-econômica estimada de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. Assim sendo, esses bens devem ser amortizados de forma linear, respeitando a vida útil de cada um deles, limitada ao prazo de vencimento da concessão. Como resultado da utilização desse critério de amortização, o total do ativo intangível será sempre amortizado de forma não linear.

O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como concessão de serviço público (ativo financeiro) (vide nota explicativa nº 13).

A Resolução Normativa ANEEL nº 474 de 07/02/2012 estabeleceu novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, determinando alteração na vida útil-econômica dos bens integrantes da infraestrutura de distribuição.

Anteriormente à edição da Resolução ANEEL 474, a vida útil média do conjunto de ativos da Companhia era em torno de 22 anos, variando entre 21 e 24 anos. Com a implementação da Resolução ANEEL 474, a vida útil desses ativos passou a se situar entre 25 e 28 anos, com média de 26 anos, o que corresponde ao acréscimo de 4 anos em relação à vida útil econômica média anterior.

Considerando esse aumento da vida útil, houve uma diminuição da amortização e um aumento da parcela residual da infraestrutura que a Companhia espera receber como indenização ao final do

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

período da Concessão. Como consequência, após análise dos aspectos econômicos, regulatórios e o melhor entendimento técnico-contábil, foi efetuada uma redistribuição da infraestrutura que é classificada no ativo intangível e no ativo financeiro, sem alterar os demais procedimentos contábeis decorrentes da adoção do IFRIC 12/OCPC 5 – Contratos de Concessão.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações especiais (não remuneradas) representam as contribuições da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na concessão do serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

As obrigações especiais estão sendo amortizadas às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura, usando-se uma taxa média, a partir do segundo ciclo de revisão tarifária periódica.

Ao final da concessão o valor residual das obrigações especiais será deduzido do ativo financeiro de indenização.

15. FORNECEDORES

A composição do saldo em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é como segue:

Fornecedores	30/09/13	31/12/12
Energia elétrica:	215.089	257.200
Terceiros	133.951	184.722
Partes relacionadas	81.138	72.478
Encargos de uso da rede	13.028	52.701
Terceiros	12.966	52.629
Partes relacionadas	62	72
Materiais e serviços	51.038	38.551
Terceiros	50.179	38.162
Partes relacionadas	859	389
Energia livre	27.534	26.030
Total	<u>306.689</u>	<u>374.482</u>
Circulante	279.155	348.452
Não circulante	27.534	26.030

Os montantes classificados no não circulante referem-se a valores remanescentes de energia livre, fixados pela ANEEL através do Despacho nº 2517/2010, a serem repassados pelas distribuidoras às geradoras, e que estão contestados pelos concessionários de distribuição, representados pela ABRADDEE, e impetraram Mandado de Segurança Coletivo com pedido de liminar (Processo nº 437399120104013400/DF), requerendo o reconhecimento da ilegalidade do ato e a anulação do despacho. Em 28 de setembro de 2010 obteve-se o deferimento da antecipação da tutela recursal e em 22 de novembro de 2010 a liminar foi deferida.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

As obrigações por empréstimos e financiamentos são apresentadas como segue:

Composição da dívida	Taxa Efetiva	Encargos		Principal		Total	
		Circulante	Circulante	Não circulante	30/09/13	31/12/12	
Moeda nacional							
Banco do Nordeste		-	-	-	-	10.979	
BNB	10,00% a.a. a 13,20% a.a.	-	-	-	-	1.407	
BNB 6		193	26.884	47.048	74.126	94.195	
(-) Custos de transação		-	(77)	(54)	(131)	(210)	
		193	26.807	46.994	73.995	93.985	
BNDES FINEM		941	80.131	251.474	332.546	330.535	
(-) Custos de transação	TJLP+ 3,20% a.a. / 8,06% a.a.	-	(1)	(1)	(2)	(4)	
		941	80.130	251.473	332.544	330.531	
Eletróbrás		-	9.319	24.466	33.785	41.098	
(-) Custos de transação	5,00% a.a. a 5,45% a.a.	-	(19)	(27)	(45)	(54)	
		-	9.300	24.440	33.740	41.044	
FINEP		60	6.644	22.701	29.405	34.403	
(-) Custos de transação	5,27% a.a. a 5,34% a.a.	-	(68)	(94)	(161)	(220)	
		60	6.577	22.608	29.244	34.183	
Banco do Brasil		69.195	147.663	-	216.857	208.352	
Operações com swap		-	(19.458)	-	(19.458)	(21.398)	
		69.195	128.204	-	197.399	186.954	
Banco do Brasil		19.719	75.000	-	94.719	89.757	
(-) Custos de transação		-	(171)	-	(171)	(627)	
		19.719	74.829	-	94.548	89.130	
FINEP		26	2.639	13.460	16.126	9.259	
(-) Custos de transação	4,00% a.a.	-	(47)	(91)	(138)	(92)	
		26	2.592	13.370	15.988	9.167	
BNDES FINEM / FINAME 8		194	-	69.000	69.194	-	
Outros		-	10	-	10	17	
Total moeda nacional		90.328	328.449	427.885	846.662	797.397	
Moeda estrangeira							
Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW		53	1.520	4.038	5.612	5.788	
Operações com swap		-	(106)	(890)	(995)	(781)	
		53	1.414	3.149	4.617	5.007	
Total moeda estrangeira		53	1.414	3.149	4.616	5.007	
(-) Garantias depósitos vinculados		-	-	(22.095)	(22.095)	(41.486)	
Total		90.381	329.863	408.939	829.183	760.918	

(a) Captações e renegociações de recursos

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES: a Companhia recebeu o volume de R\$ 43.200 do BNDES para financiar parte dos investimentos realizados em 2012,

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

provenientes do contrato de financiamento nº 08.2.1089.1 assinado em março de 2009 e aditado em março e agosto de 2010, março e novembro de 2011 e agosto de 2012. A Companhia recebeu ainda o valor de R\$ 69.000, referente ao financiamento de parte dos investimentos de 2013, proveniente do contrato nº 13.2.0294.1, assinado em maio de 2013 e aditado em junho de 2013.

Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP: a Companhia recebeu R\$ 6.855 da FINEP, em agosto de 2013, para financiar o seu Projeto de Inovação, proveniente do contrato de financiamento assinado em novembro de 2011. O contrato tem vencimento em dezembro de 2018, será amortizado em 61 parcelas mensais a partir de dezembro de 2013, com custo de 4% a.a. e juros pagos mensalmente.

Eletrobrás: A Companhia recebeu R\$ 579 da Eletrobrás para custear a recuperação do seu sistema elétrico, proveniente do contrato de financiamento assinado em outubro de 2010. O contrato tem vencimento em dezembro de 2017, será amortizado em 60 parcelas mensais a partir de janeiro de 2013, com custo de 7% a.a. e juros pagos mensalmente.

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, avais dos Governos Federal e Estadual, notas promissórias e aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/09/13			31/12/12		
	Dívida	Custos transação	Total líquido	Dívida	Custos transação	Total líquido
2014	32.179	(42)	32.137	327.301	(188)	327.113
2015	130.968	(127)	130.841	115.228	(104)	115.124
2016	110.548	(65)	110.483	89.334	(46)	89.288
2017	85.493	(26)	85.467	64.288	(19)	64.269
2018	41.588	(5)	41.583	25.213	(3)	25.210
Após 2018	30.523	-	30.523	780	-	780
Total obrigações	431.299	(265)	431.034	622.144	(360)	621.784
(-) Garantias depósitos vinculados			(22.095)			(34.367)
Total			408.939			587.417

A mutação dos empréstimos e financiamentos é a seguinte:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total
	Passivo circulante	Não circulante	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	167.108	554.448	1.540	4.999	728.095
Ingressos	18.730	127.453	-	-	146.183
Encargos	64.751	-	260	-	65.011
Variação monetária e cambial	-	-	132	499	631
Swap	-	(6.791)	(434)	(394)	(7.619)
Efeito cumulativo marcação a mercado	-	(67)	3	3	(61)
Transferências	107.442	(107.442)	1.335	(1.335)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(178.860)	(11)	(1.601)	-	(180.472)
(-) Mov. depósitos em garantia	(7.118)	15.436	-	-	8.318
(-) Custos de transação	213	619	-	-	832
Saldos em 31 de dezembro de 2012	172.266	583.645	1.235	3.772	760.918
Ingressos	8.555	111.048	-	-	119.603
Encargos	49.183	-	162	-	49.345
Variação monetária e cambial	-	-	172	445	617
Swap	(4.779)	(2.442)	24	(341)	(7.538)
Efeito cumulativo marcação a mercado	138	(73)	-	-	65
Transferências	298.768	(298.768)	727	(727)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(112.933)	-	(852)	-	(113.785)
(-) Mov. depósitos em garantia	7.118	12.273	-	-	19.391
(-) Custos de transação	461	106	-	-	567
Saldos em 30 de setembro de 2013	418.777	405.789	1.468	3.149	829.183

17. DEBÊNTURES

Debêntures	Série	Remuneração	30/09/13			Total	31/12/12
			Encargos	Principal			
			Circulante	Circulante	Não Circulante		Total
2ª Emissão	1ª	108,5% do CDI	-	-	-	-	99.113
(-) Custos de transação			-	-	-	-	(162)
			-	-	-	-	98.951
4ª Emissão	Única	111,3% do CDI	14.012	-	360.000	374.012	365.113
(-) Custos de transação			-	(311)	(467)	(778)	(1.015)
			14.012	(311)	359.533	373.234	364.098
Total			14.012	(311)	359.533	373.234	463.049

(*) Debêntures simples, não conversíveis em ações.

(a) Condições restritivas financeiras (covenants):

As escrituras de emissões das debêntures preveem a manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros com parâmetros preestabelecidos, como segue:

Dívida Líquida/EBITDA menor ou igual a 3 e EBITDA/Resultado Financeiro maior ou igual a 2.

Os índices financeiros são apurados com base nas demonstrações financeiras consolidadas da Neoenergia.

(b) Garantias

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Para a 4ª Emissão de debêntures foi dada garantia de aval do acionista controlador.

Os vencimentos das parcelas do não circulante são os seguintes:

	30/09/13			31/12/12		
	Debêntures	Custos transação	Total líquido	Debêntures	Custos transação	Total líquido
2014	-	(78)	(78)	-	(312)	(312)
2015	144.000	(247)	143.753	144.000	(247)	143.753
2016	144.000	(123)	143.877	144.000	(123)	143.877
2017	72.000	(19)	71.981	72.000	(19)	71.981
Total	<u>360.000</u>	<u>(467)</u>	<u>359.533</u>	<u>360.000</u>	<u>(701)</u>	<u>359.299</u>

A mutação das debêntures é a seguinte:

	Moeda nacional		Total
	Passivo circulante	Não circulante	
Saldos em 01 de janeiro de 2012	194.330	456.782	651.112
Encargos	50.770	-	50.770
Transferências	97.820	(97.820)	-
Amortizações e pagamentos de juros	(239.864)	-	(239.864)
(-) Custos de transação	694	337	1.031
Saldos em 31 de dezembro de 2012	<u>103.750</u>	<u>359.299</u>	<u>463.049</u>
Encargos	24.870	-	24.870
Transferências	-	-	-
Amortizações e pagamentos de juros	(115.085)	-	(115.085)
(-) Custos de transação	166	234	400
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>13.701</u>	<u>359.533</u>	<u>373.234</u>

18. SALÁRIOS E ENCARGOS A PAGAR

	30/09/13	31/12/12
Salários	4.771	6.668
Provisões férias e 13º salário	11.509	6.380
Encargos sobre provisões de férias e 13º salário	5.958	4.327
Provisão PLR	(a) 4.931	4.900
Outros	1.304	768
Total	<u>28.473</u>	<u>23.043</u>

- (a) A Companhia mantém o programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei das Sociedades por Ações, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos; metas estas que vem desde o plano estratégico da Companhia até sua respectiva área. O montante estimado dessa participação para o período de nove meses, findo em 30 de setembro de 2013 é de R\$ 4.931 (R\$ 4.900 em 31/12/2012).

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. TAXAS REGULAMENTARES

	Ref.	30/09/13	31/12/12
Conta de Consumo de Combustível – CCC		3.803	11.299
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE		629	2.234
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		872	1.210
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		436	605
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(a)	18.855	22.936
Programa de Eficientização Energética - PEE	(a)	18.863	21.408
Taxa de Fiscalização Serviço Público de Energia Elétrica – TFSEE		375	491
Encargo do Consumidor - Tesouro Nacional		-	1.815
Total		<u>43.833</u>	<u>61.998</u>
Circulante		20.265	18.785
Não circulante		23.568	43.213

(a) A Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da Receita Operacional Líquida), líquido dos valores aplicados nos Programas de Eficientização Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento – P&D, atualizados mensalmente, a partir do 2º mês subsequente ao seu reconhecimento até o momento de sua efetiva realização, com base na Taxa SELIC, conforme as Resoluções ANEEL n.ºs 300/2008, 316/2008 e 504/2012.

20. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	30/09/13	31/12/12
Circulante		
Imposto de renda - IR	2.115	255
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	686	-
Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	73.276	75.962
Programa de integração social - PIS	2.170	3.411
Contribuição para o financiamento da seguridade social - COFINS	9.997	15.730
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	1.802	2.185
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS	664	1.045
Imposto sobre serviços - ISS	1.294	1.445
Outros	6.022	6.144
Total	<u>98.026</u>	<u>106.177</u>

21. DIVIDENDOS E JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO

A movimentação dos saldos de dividendos e JSCP a pagar, é como segue:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Saldos em 31 de dezembro de 2012	4.114
Dividendos e juros sobre o capital próprio:	
Declarados	11.337
Pagos no período	(15.109)
Prescritos	(156)
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>186</u>

22. PROVISÕES

As provisões constituídas para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais, no montante de R\$ 10.143 classificadas no passivo circulante (R\$ 17.187 em 31 de dezembro de 2012) e R\$ 58.904 no não circulante (R\$ 50.883 em 31 de dezembro de 2012) são compostas como segue:

	<u>Trabalhistas</u>	<u>Cíveis</u>	<u>Fiscais</u>	<u>Total</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2012	26.776	39.827	1.467	68.070
Constituição	10.125	12.957	-	23.082
Baixas/reversão	(13.140)	(12.499)	-	(25.639)
Atualização	-	3.573	(39)	3.534
Saldos em 30 de setembro de 2013	<u>23.761</u>	<u>43.858</u>	<u>1.428</u>	<u>69.047</u>

A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto a possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

Trabalhistas

Referem-se às ações movidas por ex-empregados contra a Companhia, envolvendo cobrança de horas-extras, adicional de periculosidade, equiparação/reenquadramento salarial e outras, e também, ações movidas por ex-empregados de seus empreiteiros (responsabilidade subsidiária e/ou solidária), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras.

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do índice de atualização de processos trabalhistas, divulgado pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho acrescidos de juros de 1% a.m.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
				30/09/13	31/12/12
Ex-empregados da Companhia	3.119	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.119	3.407
	12.364	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	3.179	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Ex-empregados de Empreiteiras	19.951	1ª, 2ª e 3ª	Provável	19.951	23.021
	94.146	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	4.606	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empregados	691	1ª, 2ª e 3ª	Provável	691	348
	1.417	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
	293	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total	<u>139.766</u>			<u>23.761</u>	<u>26.776</u>

Cíveis

Referem-se às ações de natureza comercial e indenizatória, movidas por pessoas físicas e pessoas jurídicas, envolvendo danos materiais e/ou danos morais.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ref.	Valor		Expectativa de perda	Valor provisionado	
		atualizado	Instância		30/09/13	31/12/12
Clientes – Tarifas Plano Cruzado	(1)	13.167	1ª, 2ª e 3ª	Provável	13.167	5.279
		2.948	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		5.695	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Indenização por perdas	(2)	11.386	1ª, 2ª e 3ª	Provável	11.386	10.212
		29.031	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		918	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Acidente terceiros/trabalho	(3)	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	8.096
		70.646	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		6.952	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Comerc. energia e produtos	(4)	-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	6.222
		76.030	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.972	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Irregularidade de consumo		7.321	1ª, 2ª e 3ª	Provável	7.321	7.134
		32.980	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.883	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Empréstimo compulsório		-	1ª, 2ª e 3ª	Provável	-	16
		5.966	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		82	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Iluminação pública		4.245	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.764	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Negativação SPC e Serasa		3.062	1ª, 2ª e 3ª	Provável	3.062	1.904
		4.950	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		476	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Societário Ações		845	1ª, 2ª e 3ª	Provável	845	753
		8	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Racionamento de Energia Elétrica		18	1ª, 2ª e 3ª	Provável	18	17
		2.470	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		8	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Outras	(5)	8.059	1ª, 2ª e 3ª	Provável	8.059	194
		59.432	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		4.281	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		356.595			43.858	39.827

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação do INPC acrescidos de juros de 1% a.m.

(1) Clientes - Tarifas plano cruzado - Ações movidas por alguns consumidores industriais e comerciais questionando a legalidade da majoração da tarifa de energia elétrica ocorrida na vigência do Plano Cruzado, conforme portarias nº 38 e 45 do DNAEE, de 27 de janeiro e de 4 de março, ambas de 1986, e pleiteando a restituição de valores envolvidos.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(2) Indenização por perdas - Trata-se de ações indenizatórias movidas por pessoas físicas e jurídicas em função das atividades da Concessionária. As ações envolvem pedidos de ressarcimento de danos morais e materiais em virtude de suspensão de fornecimento de energia e queima de equipamentos, bem como pedido de ressarcimento por descumprimento contratual.

(3) Acidente de terceiros/trabalho - Referem-se a diversas ações cíveis movidas por pessoas físicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo danos morais e/ou danos materiais.

(4) Comercialização de energia, serviços e produtos - Referem-se a diversas ações cíveis e comerciais movidas por pessoas físicas e jurídicas, nas quais a Companhia é ré, envolvendo repetição de indébito, revisão de débito de consumo medido e não medido (irregularidade de consumo), cancelamento de débito, restabelecimento do fornecimento de energia elétrica, anulação de dívida.

(5) Outras - Referem-se a litígios com agentes arrecadadores de contas de energia elétrica, bem como demanda relativa à multa contratual com fornecedores de energia elétrica.

Fiscais

Referem-se às ações tributárias e impugnações de cobranças, intimações e autos de infração fiscal.

	Ref.	Valor atualizado	Instância	Expectativa de perda	Valor provisionado	
					30/09/13	31/12/12
ICMS	(1)	129.926	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
ISS	(2)	1.189	1ª, 2ª e 3ª	Provável	383	394
		15.351	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		1.184	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
CPMF		3.161	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
CSLL		2.300	1ª, 2ª e 3ª	Provável	184	189
		26.012	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
TLF/IPTU		2.382	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		284	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
PIS/COFINS		21.767	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
COFINS	(3)	4.502	1ª, 2ª e 3ª	Provável	371	381
		18.673	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
IRPJ	(4)	6.861	1ª, 2ª e 3ª	Provável	490	503
		686.077	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
Taxas Diversas		5.562	Administrativa	Possível	-	-
		4.509	Administrativa	Remota	-	-
Outras	(5)	51.016	1ª, 2ª e 3ª	Possível	-	-
		28	1ª, 2ª e 3ª	Remota	-	-
Total		<u>980.785</u>			<u>1.428</u>	<u>1.467</u>

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os valores foram atualizados monetariamente pela variação da taxa SELIC.

(1) ICMS

(1.1) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo nas aquisições de compras com entrega futura. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.2) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 10/2010, decorrente da suposta utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de fornecedores Micro Empresa e créditos em duplicidade. A Companhia reconheceu parcialmente a procedência do auto e recolheu o valor que entende ser devido. A diferença remanescente foi objeto de impugnação administrativa.

(1.3) Auto de infração lavrado contra a Companhia, referente à dedução a maior do ICMS em virtude de divergência na modalidade de incentivo cultural utilizada pela CELPE em alguns projetos de 1999.

(1.4) Auto de infração lavrado contra a Companhia em 12/2010, decorrente da utilização do ICMS do Ativo Fixo, nas aquisições de Compras com Entrega Futura e Micro Empresa. A Companhia reconhece o crédito e impugnou o auto de infração.

(1.5) Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 06/2010, decorrente de ICMS do diferencial de alíquotas-aquisições fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(1.6) Auto de Infração lavrado contra a Companhia em 06/2010, decorrente de ICMS diferido nas aquisições de energia elétrica fora do Estado. A Companhia não reconhece o débito e impugnou o auto de infração.

(2) ISS – Refere-se a discussão sobre a não-exigibilidade de créditos relativos a autos de infração lavrados pela Prefeitura do Recife e algumas prefeituras de cidades do interior do estado, exigindo ISS sobre serviços taxados e serviços prestados por terceiros.

(3) COFINS – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a Contribuição para Financiamento da Seguridade Social – COFINS, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

(4) IRPJ

(4.1) Provável - Autos de infração nos quais se discute lucro inflacionário acumulado, realizado em valor inferior ao limite mínimo obrigatório, compensação e antecipação, todos ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(4.2) Possível - Autos de infração lavrados em 2007 e 2010 nos quais a Receita Federal do Brasil não reconheceu a dedutibilidade das despesas com a amortização do ágio gerado na privatização dos anos-calendários 2001 a 2008. O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais julgou por unanimidade procedente a dedutibilidade destas despesas, ainda aguarda a avaliação de um pedido de Recurso Especial por parte da Fazenda.

(5) Outras – Procedimentos resultantes de autuação fiscal, pela Secretaria da Receita Federal, envolvendo a CSLL e outros tributos, ainda em julgamento perante as instâncias administrativas fiscais.

23. OUTROS PASSIVOS

	Ref	30/09/13	31/12/12
Consumidores	(a)	11.689	12.165
Empregados - adiantamento acordo coletivo		19	17
Contribuição para custeio do serviço de iluminação pública - COSIP		5.998	6.221
Convênios		156	47
Caução em garantia	(b)	31.383	24.823
FGTS Conta empresa		129	129
Encargos CBEE		1.678	1.678
Taxa Iluminação Pública - TIP	(c)	3.642	8.590
Adiantamentos recebidos	(d)	19.896	17.587
Cooperativas - Aquisição de ativos	(e)	53.477	73.318
Outras		3.790	4.603
Total		<u>131.857</u>	<u>149.178</u>
Circulante		109.923	127.558
Não circulante		21.934	21.620

(a) Obrigações perante consumidores de energia elétrica decorrentes de antecipação de recursos para construção de obras em municípios ainda não universalizados, contas pagas em duplicidade, ajustes de faturamento e outros.

(b) Garantia constituída em espécie para assegurar o cumprimento do contrato, tanto no que diz respeito a suas cláusulas operacionais, como na obrigatoriedade do pagamento dos encargos dos empregados das empresas fornecedoras de serviços.

(c) Taxa de iluminação pública – TIP – Corresponde a valores arrecadados a serem repassados as Prefeituras.

(d) Adiantamentos recebidos – referem-se principalmente a adiantamentos para execução de serviços técnicos como deslocamento de postes, de rede de distribuição e de linha de transmissão em contrapartida de serviços prestados a terceiros (vide nota explicativa 9 – Serviços em Curso).

(e) Aquisição dos ativos de baixa tensão de propriedade das cooperativas existentes dentro da área de concessão da Celpe, conforme acordo celebrado entre a CELPE e as Cooperativas em 06/09/2012. A metodologia aplicada para avaliação dos ativos foi à definida pela ANEEL atreves da resolução 338/2008, alterada pela resolução 457/2011.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDOCapital social

O capital social autorizado da Companhia em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 é de R\$ 700.000 e o integralizado é de R\$ 590.174.

A composição do capital social realizado por classe de ações, sem valor nominal, e principais acionistas é a seguinte:

Acionistas	Nº de Ações mil						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	66.023	99,6	464	6,1	400	53,9	66.887	89,6
Outros	280	0,4	7.103	93,9	342	46,1	7.725	10,4
Total	66.303	100,0	7.567	100,0	742	100,0	74.612	100,0

Acionistas	R\$ mil						Total	%
	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais					
	Única	%	A	%	B	%		
Neoenergia S.A .	522.229	99,6	3.672	6,1	3.167	53,9	529.069	89,6
Outros	2.216	0,4	56.184	93,9	2.706	46,1	61.105	10,4
Total	524.445	100,0	59.856	100,0	5.873	100,0	590.174	100,0

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral. As ações preferenciais, de ambas as classes, não possuem direito de voto, ficando assegurado ainda: (i) as ações preferenciais “Classe A” têm prioridade na distribuição de dividendos, que serão no mínimo 10% (dez por cento) sobre o lucro líquido, representado por ações preferenciais “Classe A”; (ii) as ações preferenciais “Classe B”, têm prioridade na distribuição de dividendos, somente após a distribuição de dividendos às preferenciais “Classe A”, sendo tais dividendos no mínimo 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias.

Reservas de capital

a) Reserva especial de ágio

Essa reserva, no montante de R\$ 454.999, foi gerada em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio líquido, quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação. (vide nota explicativa nº 10).

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

b) Reserva de incentivo fiscal

A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999.

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 73.004, foi mantido como reserva de capital e, somente poderá ser utilizado conforme previsto em lei.

Reservas de lucros

a) Reserva de incentivo fiscal

Em atendimento à Lei nº 11.638/07 e CPC 07, o valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei foi contabilizado no resultado do exercício, e posteriormente transferido para a reserva de lucro devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

O incentivo fiscal SUDENE foi renovado em dezembro de 2010, através do Laudo Constitutivo nº 0157/2011, com validade até 2019, tendo sido assegurada à Companhia o benefício fiscal da redução de 75% do IRPJ, calculado com base no lucro da exploração.

A Companhia apurou de incentivo fiscal SUDENE, calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando este incentivo, de redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

b) Reserva legal

A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social. A Companhia não constituiu reserva legal no exercício por já ter atingido esse limite.

Outros resultados abrangentes

No patrimônio líquido, a demonstração de outros resultados abrangentes, em atendimento ao CPC 26 (R1), inclui os ganhos e perdas, não realizados decorrentes da mensuração a valor justo do ativo financeiro disponível para venda, líquida dos efeitos tributários.

Até 31 de dezembro de 2011, os ajustes decorrentes da atualização monetária dos ativos financeiros de concessão foram reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, a partir de 2012 somente será reconhecido em Outros Resultados Abrangentes os ajustes a valor justo dos ativos financeiros de concessão.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 2013, estão sendo reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes os ajustes decorrentes da alteração da regra contábil, CPC 33 (R1) / IAS 19 – Benefícios a Empregados, que englobam as alterações relativas à remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano de benefício definido de previdência privada.

25. RECEITA LÍQUIDA

Segue a composição da receita líquida por natureza e suas deduções:

Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/2013	30/09/2012	30/09/2013	30/09/2012
Fornecimento de energia	431.311	459.655	1.375.304	1.403.124
Receita de distribuição	425.349	448.595	1.348.628	1.374.657
Remuneração financeira wacc	5.962	11.060	26.676	28.467
Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	12.540	18.097	22.493	18.820
Receita pela disponibilidade da rede elétrica	506.257	574.617	1.604.591	1.820.161
Receita de distribuição	499.259	560.684	1.573.281	1.783.260
Remuneração financeira wacc	6.998	13.933	31.310	36.901
Receita de construção da infraestrutura da concessão	86.524	112.286	222.241	285.373
Outras receitas	16.846	12.193	78.558	31.247
Total receita bruta	1.053.478	1.176.848	3.303.187	3.558.725
(-) Deduções da receita bruta	(311.606)	(350.052)	(940.716)	(1.124.610)
Total receita operacional líquida	741.872	826.796	2.362.471	2.434.115

(a) Fornecimento de Energia

A Composição do fornecimento de energia elétrica, por classe é a seguinte:

	Período de três meses findos em					
	Nº de consumidores faturados (*)		MWh		R\$ mil	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Consumidores:						
Residencial	2.912.333	2.809.498	1.072.780	940.458	365.103	384.520
Industrial	12.198	12.568	370.090	371.555	119.854	148.063
Comercial	202.761	200.457	545.375	511.655	214.416	240.190
Rural	156.309	167.299	157.101	153.448	31.173	35.470
Poder público	22.445	22.101	156.714	142.976	57.017	65.329
Iluminação pública	5.271	5.260	106.096	100.031	24.775	26.407
Serviço público	3.118	2.958	153.025	153.765	33.067	51.048
Consumo próprio	251	248	3.010	4.395	-	-
Suprimento	21	29	-	-	-	-
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(12.614)	(6.531)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	-	-	-	-	(471.935)	(529.425)
	3.314.707	3.220.418	2.564.191	2.378.283	360.856	415.071
Subvenção à tarifa social baixa renda	-	-	-	-	70.455	44.584
Total	3.314.707	3.220.418	2.564.191	2.378.283	431.311	459.655

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Ref.	Período acumulado de nove meses findos em					
		Nº de consumidores faturados (*)		MWh (*)		R\$ mil	
		30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Consumidores:							
Residencial		2.912.333	2.809.498	3.374.028	2.983.455	1.177.599	1.225.592
Industrial		12.198	12.568	1.048.271	1.160.345	342.195	449.711
Comercial		202.761	200.457	1.715.231	1.639.667	675.751	750.956
Rural		156.309	167.299	490.518	474.192	96.557	106.425
Poder público		22.445	22.101	486.383	452.200	179.005	199.958
Iluminação pública		5.271	5.260	310.063	304.802	71.606	80.213
Serviço público		3.118	2.958	461.322	467.233	99.901	148.573
Consumo próprio		251	248	9.388	10.975	-	-
Suprimento		21	29	-	-	-	-
Fornecimento não faturado		-	-	-	-	(23.391)	(5.830)
Reclassificação da receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor cativo	(1)	-	-	-	-	(1.484.849)	(1.685.775)
		<u>3.314.707</u>	<u>3.220.418</u>	<u>7.895.204</u>	<u>7.492.869</u>	<u>1.134.374</u>	<u>1.269.823</u>
Subvenção à tarifa social baixa renda		-	-	-	-	240.930	133.301
Total		<u><u>3.314.707</u></u>	<u><u>3.220.418</u></u>	<u><u>7.895.204</u></u>	<u><u>7.492.869</u></u>	<u><u>1.375.304</u></u>	<u><u>1.403.124</u></u>

(1) Em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.618 de 23/04/2008, a Companhia efetuou a segregação da receita de comercialização e distribuição utilizando uma “TUSD média” calculada a partir da TUSD homologada para consumidores cativos.

(*) Informações não auditadas.

Revisão Tarifária Periódica

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 1.519 de 23 de abril de 2013, publicada no Diário Oficial da União do dia 29 de abril de 2013, homologou o resultado da Revisão Tarifária Periódica da Companhia, em 0,18%, sendo 1,60% referentes ao reposicionamento tarifário econômico e -1,42% relativos aos componentes financeiros pertinentes, o que corresponde a um efeito médio de 1,32% a ser percebido pelos consumidores cativos.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	<u>Ref.</u>	
Receita Verificada	(1)	<u>2.816.574</u>
Encargos Setoriais		164.684
Compra de Energia Elétrica		1.634.583
Transporte de Energia		<u>73.234</u>
Parcela A		1.872.501
Remuneração Bruta de Capital		242.788
Quota de Reintegração Regulatória		149.357
Empresa de Referência		582.516
Inadimplência		<u>38.397</u>
Parcela B		1.013.058
Receita Requerida (Parcela A +B)		2.885.559
(-) Outras Receitas		<u>(23.934)</u>
Receita Requerida Líquida	(2)	<u>2.861.625</u>
Componentes Financeiros	(3)	<u>(41.800)</u>
CVA		(12.219)
Sobrecontratação		(53.245)
Subsídio a Irrigantes e Aquicultores		2.538
Exposição financeira		2.817
Programa Social Luz Para Todos		(29)
Parcela de Ajuste Conexão		(4)
Parcela de Ajuste Rede Básica		
Outros Componentes		18.343
Reposicionamento Econômico [(2) / (1)]	(4)	1,60%
Componentes Financeiros [(3) / (2)]	(5)	-1,42%
Reposicionamento Tarifário [(4) + (5)]		0,18%

(*) Informações não revisadas

As novas tarifas entraram em vigor a partir do dia 29 de abril de 2013 com vigência até 28 de abril de 2014.

(b) Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

Os montantes de receitas/despesas faturados e/ou pagos pelas concessionárias que tiveram excedente/falta de energia, comercializados no âmbito da CCEE, foram informados pela mesma e referendados pela Companhia.

(c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

A receita com Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD refere-se basicamente a venda de energia para consumidores livres com a cobrança de tarifa pelo uso da rede de distribuição.

Ref.	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor livre	34.322	45.192	119.742	134.386
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - Consumidor Cativo	471.935	529.425	1.484.849	1.685.775
	<u>506.257</u>	<u>574.617</u>	<u>1.604.591</u>	<u>1.820.161</u>

(1) Vide comentários nota (a), acima.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(d) Outras receitas

	Período de três meses findos		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Renda da prestação de serviços	3.802	3.566	6.078	4.905
Arrendamentos e aluguéis	4.868	6.171	14.939	15.263
Serviço taxado	1.232	1.735	3.408	4.850
Taxa de iluminação pública	1.630	2.073	5.447	6.085
Administração de faturas de fraudes	270	(1.949)	705	(6.541)
Comissão serviços de terceiros	114	-	318	-
Multa infração consumidor	1.150	376	5.458	5.990
Ressarcimento Energia (1)	3.483	-	41.659	-
Outras receitas	297	222	546	695
	<u>16.846</u>	<u>12.194</u>	<u>78.558</u>	<u>31.247</u>

(1) Ressarcimento de energia ocorre para distribuidora quando da Indisponibilidade e/ou Geração de energia das usinas térmicas inferior ao Despacho do ONS (Operador Nacional do Sistema), para fazer face aos custos adicionais do despacho de usinas mais caras.

(e) Deduções da receita bruta

	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
IMPOSTOS:				
ICMS	(203.570)	(212.856)	(630.201)	(668.025)
PIS	(17.611)	(16.795)	(49.043)	(53.729)
COFINS	(81.629)	(77.249)	(225.697)	(247.370)
ISS	(426)	(538)	(1.261)	(1.273)
ENCARGOS SETORIAIS:				
Quota para reserva global de reversão - RGR	-	(8.473)	(2.831)	(25.393)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(1.887)	(6.702)	(5.661)	(20.107)
Subvenção – conta consumo de combustível – CCC	-	(19.028)	(5.189)	(78.729)
Programa de Eficientização Energética - PEE	(3.241)	(3.236)	(10.145)	(14.162)
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	(1.296)	(1.293)	(4.275)	(3.954)
Empresa de Pesquisa Energética - EPE	(648)	(647)	(2.137)	(1.977)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.298)	(1.293)	(4.276)	(3.959)
Encargos do Consumidor - Tesouro Nacional	-	(1.942)	-	(5.932)
Total	<u>(311.606)</u>	<u>(350.052)</u>	<u>(940.716)</u>	<u>(1.124.610)</u>

26. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Custo / Despesas	Período de três meses findos em				
	30/09/13		30/09/12		
	Custos de bens e serviços vendidos	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(22.263)	(7.008)	(11.128)	(40.399)	(28.632)
Administradores	-	-	(1.254)	(1.254)	(553)
Entidade de previdência privada	(1.054)	(940)	(1.879)	(3.873)	(3.984)
Material	(1.543)	(69)	(175)	(1.787)	(3.332)
Combustível para produção de energia	(1.491)	-	-	(1.491)	(910)
Serviços de terceiros	(39.863)	(17.774)	(15.861)	(73.498)	(64.614)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(1.126)	-	-	(1.126)	(1.474)
Energia elétrica comprada para revenda	(422.102)	-	-	(422.102)	(407.801)
Encargos de uso do sistema transmissão	(19.857)	-	-	(19.857)	(48.538)
Amortização	(24.884)	(5.945)	(2.774)	(33.603)	(50.991)
Arendamentos e aluguéis	(131)	(196)	(210)	(537)	(550)
Tributos	(107)	(127)	(261)	(495)	(427)
Provisões líquidas - PCLD	-	(211)	-	(211)	(70.427)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(29.399)	-	(29.399)	(28.068)
Provisões líquidas - contingências	-	-	(233)	(233)	1.074
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(86.524)	-	-	(86.524)	(112.286)
Alienação / desativação de bens e direitos	-	-	(3.042)	(3.042)	5
Outros	7.347	(785)	(10.828)	(4.266)	(11.047)
Total custos / despesas	(613.598)	(62.454)	(47.645)	(723.697)	(832.555)

Custo / Despesas	Período acumulado de nove meses findos em				
	30/09/13		30/09/12		
	Custos dos serviços	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Total	Total
Pessoal	(60.084)	(20.931)	(35.053)	(116.068)	(89.477)
Administradores	-	-	(2.332)	(2.332)	(1.604)
Entidade de previdência privada	(3.871)	(1.458)	(5.329)	(10.658)	(9.825)
Material	(7.758)	(235)	258	(7.735)	(8.359)
Combustível para produção de energia	(5.322)	-	-	(5.322)	(3.440)
Serviços de terceiros	(110.123)	(50.027)	(43.665)	(203.815)	(177.171)
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica-TFSEE	(3.726)	-	-	(3.726)	(4.423)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.347.708)	-	-	(1.347.708)	(1.198.867)
Encargos de uso de rede	(54.842)	-	-	(54.842)	(135.822)
Amortização	(83.193)	(17.879)	(8.503)	(109.575)	(133.299)
Arendamentos e aluguéis	(445)	(570)	(586)	(1.601)	(1.462)
Tributos	(863)	(287)	(949)	(2.099)	(1.643)
Provisões líquidas - PCLD	-	(28.820)	-	(28.820)	(228.579)
Perdas conta a receber/consumidores	-	(54.775)	-	(54.775)	(58.886)
Provisões líquidas - contingências	-	-	2.662	2.662	1.552
Custo de construção da infraestrutura da concessão	(222.241)	-	-	(222.241)	(285.373)
Outros ganho / perdas / alienação / cancelamento / desativação	-	-	(189)	(189)	-
Outros	(1.985)	(2.330)	(29.968)	(34.283)	(27.091)
Total custos / despesas	(1.902.161)	(177.312)	(123.654)	(2.203.127)	(2.363.769)

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

Receita Financeira	Período de três meses findos		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Renda de aplicações financeiras	4.544	5.940	12.777	20.144
Juros, comissões e acréscimo moratório de energia	8.189	12.328	31.740	40.958
Variação monetária	2.329	1.751	19.593	16.063
Variação cambial	197	168	428	545
Operações swap	2.775	2.246	8.240	5.407
Receita Financeira da Concessão	5.251	(3.464)	10.527	(7.245)
Outras receitas financeiras	674	650	2.341	2.650
Total	23.959	19.619	85.646	78.522

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Despesa Financeira	Período de três meses findos em		Período acumulado de nove meses findos em	
	30/09/13	30/09/12	30/09/13	30/09/12
Encargos de dívida	(27.625)	(27.247)	(76.429)	(89.979)
Variação monetária	(4.504)	(10.538)	(26.174)	(26.469)
Variação cambial	(432)	(196)	(1.052)	(992)
Operações swap	(361)	(203)	(658)	(669)
Multas regulatórias	(5.339)	(2.617)	(16.197)	(15.195)
Perda acréscimos moratórios	(348)	(1.068)	(1.129)	(3.811)
Previdência Privada	(7.124)	(6.086)	(21.488)	(18.674)
Outras despesas financeiras	(1.673)	(2.442)	(14.251)	(3.546)
Total	(47.406)	(50.397)	(157.378)	(159.335)

28. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia mantém operações comerciais com partes relacionadas pertencentes ao mesmo grupo econômico, cujos saldos e natureza das transações estão demonstrados a seguir:

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/13			31/12/12			30/09/12
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado	
COELBA	(b)	Uso da Rede	148	-	2.173	347	-	5.585	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	967	-	-	685	-	
			<u>148</u>	<u>967</u>	<u>2.173</u>	<u>347</u>	<u>685</u>	<u>5.585</u>	
CELPE	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	1.075	1.075	-	536	536	-	
COSERN	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	126	577	-	84	383	-	
TERMOPEARNAMBUCO	(a.1)	Energia comprada	-	79.070	(404.020)	-	7.048	(366.554)	
	(d)	Uso da Rede	-	44	(390)	-	39	(371)	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	190	-	-	85	-	
			<u>-</u>	<u>79.304</u>	<u>(404.410)</u>	<u>-</u>	<u>7.172</u>	<u>(366.925)</u>	
ITAPEBI	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	1.688	1.118	-	841	387	-	
GERAÇÃO CIII	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	112	-	-	72	-	
NC ENERGIA	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	95	-	-	98	-	
NEOENERGIA SERVIÇOS		Prestação de serviço	-	864	(3.962)	-	443	(4.321)	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	39	-	-	25	-	
			<u>-</u>	<u>903</u>	<u>(3.962)</u>	<u>-</u>	<u>468</u>	<u>(4.321)</u>	
BAGUARI I	(a.2)	Energia comprada	-	254	(1.867)	-	310	(1.767)	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	118	-	-	63	-	
			<u>-</u>	<u>372</u>	<u>(1.867)</u>	<u>-</u>	<u>373</u>	<u>(1.767)</u>	
BAHIA PCH I		Energia comprada	-	-	-	-	-	(1.418)	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	125	-	-	37	-	
			<u>-</u>	<u>125</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>37</u>	<u>(1.418)</u>	
RIO PCH I	(a.2)	Energia comprada	-	204	(1.499)	-	249	-	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	116	-	-	41	-	
			<u>-</u>	<u>320</u>	<u>(1.499)</u>	<u>-</u>	<u>290</u>	<u>-</u>	
NEOENERGIA INVESTIMENTOS	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	27	-	-	18	-	
GOIAS SUL	(a.2)	Energia comprada	-	157	(1.151)	-	191	(1.088)	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	66	-	-	21	-	
			<u>-</u>	<u>223</u>	<u>(1.151)</u>	<u>-</u>	<u>212</u>	<u>(1.088)</u>	
GERAÇÃO CÉU AZUL	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	20	-	-	4	-	
SE NARANDIBA	(c)	Uso da Rede	-	1	(11)	-	3	(19)	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	14	-	-	28	-	
			<u>-</u>	<u>15</u>	<u>(11)</u>	<u>-</u>	<u>31</u>	<u>(19)</u>	
AFLUENTE GERAÇÃO		Uso da Rede	-	-	-	-	-	(179)	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	15	-	-	23	-	
			<u>-</u>	<u>15</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>23</u>	<u>(179)</u>	
AFLUENTE TRANSMISSÃO	(c)	Uso da Rede	-	16	(102)	-	27	-	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	173	-	-	132	-	
			<u>-</u>	<u>189</u>	<u>(102)</u>	<u>-</u>	<u>159</u>	<u>-</u>	
BELOMONTE PARTICIPAÇÕES	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	8	-	-	4	-	
ÁGUAS DA PEDRA	(a.2)	Energia comprada	-	1.380	(10.129)	-	1.680	(9.588)	
	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	529	-	-	276	-	
			<u>-</u>	<u>1.909</u>	<u>(10.129)</u>	<u>-</u>	<u>1.956</u>	<u>(9.588)</u>	

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Empresas	Ref	Natureza de Operação	30/09/13			31/12/12		30/09/12
			Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
CIA. TELES PIRES	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	233	-	-	411	-
ENERGY WORKS	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	312	-	-	68	-
CAPUAVA	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	-	-	-	115	-
FORÇA EÓLICA PARTICIPAÇÕES	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	13	-	-	43	-
FORÇA EÓLICA DO BRASIL	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	83	-	-	22	-
CALANGO 1	(i)	Energia comprada	-	15	(15)	-	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	62	-	-	63	-
			-	77	(15)	-	63	-
CALANGO 2	(i)	Energia comprada	-	13	(13)	-	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	160	-	-	152	-
			-	173	(13)	-	152	-
CALANGO 3	(i)	Energia comprada	-	15	(15)	-	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	335	-	-	159	-
			-	350	(15)	-	159	-
CALANGO 4	(i)	Energia comprada	-	14	(14)	-	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	97	-	-	71	-
			-	111	(14)	-	71	-
CALANGO 5	(i)	Energia comprada	-	15	(15)	-	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	176	-	-	145	-
			-	191	(15)	-	145	-
MEL 2	(i)	Energia comprada	-	10	(89)	-	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	31	-	-	-	-
			-	41	(89)	-	-	-
ARIZONA 1	(i)	Energia comprada	-	36	(36)	-	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	72	-	-	-	-
			-	108	(36)	-	-	-
CAETITÉ 1	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	55	-	-	-	-
			-	55	-	-	-	-
CAETITÉ 2	(i)	Energia comprada	-	12	(107)	-	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	33	-	-	-	-
			-	45	(107)	-	-	-
CAETITÉ 3	(i)	Energia comprada	-	12	(108)	-	-	-
		Debêntures - Aplicação / Emissão	-	51	-	-	-	-
			-	63	(108)	-	-	-
BB - Banco do Brasil Investimentos S.A.		Empréstimos e Financiamentos	-	311.307	(24.913)	-	-	-
Celpos		Contrato de Mútuo	-	138.740	(11.961)	-	-	-
		Contribuição Patronal	-	-	(1.059)	-	-	-
			-	138.740	(13.020)	-	-	-
Neoenergia S.A.	(i)	Debêntures - Aplicação / Emissão	-	1.000	-	-	-	-
		Aluguel/Comodato	-	54	(484)	-	-	-
			-	1.054	(484)	-	-	-
Amara Brasil		Prestação de serviço (almoxarifado)	-	157	(703)	-	-	-
Outros Minoritários		Dividendos	-	156	-	-	-	-
		Juros sobre capital próprio	-	30	-	-	-	-
			-	186	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão descritas a seguir:

a) Contratos de Suprimento de Energia Elétrica nos mercados de:

(a.1) Contratação bilateral (iniciais), aprovados pela ANEEL

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Termopernambuco S.A. – Contrato com vigência até 2024, corrigido anualmente pela variação do dólar, do IGPM dos combustíveis. Contrato nº 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

(a.2) Contratação no Ambiente Regulado (CCEAR), através dos leilões de energia promovidos e regulamentados pela ANEEL

Rio PCH I- Contratos n^{os} CCEAR 3465-06 e CCEAR 3495-06, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Baguari I – Contrato nº CCEAR 2571/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.
Goiás Sul – Contratos n^{os} CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Goiás Sul – Contratos n^{os} CCEAR 2159/2005 e 2190/2005, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Energética Águas da Pedra – Contrato nos CCEAR 4431/2006, corrigidos anualmente pela variação do IPCA.

Arizona 1 – Contrato N^o CCEAR 8318/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Caetité 2 – Contrato N^o CCEAR 8393/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Caetité 3 - Contrato N^o CCEAR 8408/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Mel 2 - Contrato N^o CCEAR 8423/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 1 - Contrato N^o CCEAR 8708/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 2 – Contrato N^o CCEAR 8723/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 3 - Contrato N^o CCEAR 8738/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Calango 4 - Contrato N^o CCEAR 8738/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Calango 5 - Contrato N° CCEAR 8768/10, com vigência até 2033, corrigido anualmente pela variação do IPCA.

b) Contratos de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD)

Coelba – Contrato n° FCI 1302, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

c) Contratos de Uso do Sistema de Transmissão (CUST)

Afluyente e Narandiba – Contrato n° 092-2002, com vigência até 2030, corrigido anualmente mediante regulamentação ANEEL.

d) Contratos de conexão do sistema de transmissão (CCT)

Termopernambuco S.A. – Contrato n° 01/2007, com vigência até a extinção da concessão da CELPE, corrigido anualmente pela variação do IGPM.

e) Contrato de locação de imóveis

Neoenergia S/A - Contrato n° 4600020468 referente à locação de imóvel não residencial, vigência até 30 de junho de 2014, corrigidos anualmente pela variação do IGPM.

f) Contratos de prestação de serviços

Amara Brasil – Contrato n° 4600022367, com vigência até 15 de agosto de 2014, corrigido anualmente pela variação IPCA.

NeoServ Ltda – Contrato n° 4600019801, com vigência até 29 de agosto de 2014.

g) Contrato de benefício

Celpos – Contrato com vigência até dezembro de 2023, corrigido pelo INPC + 6% a.a.

h) Contrato de empréstimo

Banco do Brasil – Contrato BB AGRO 1 com vigência até abril de 2014, corrigido pela taxa de juros de 12,149% a.a (com swap de 99,5% do CDI). Contrato BB AGRO 2 com vigência até janeiro de 2014, corrigido pela taxa de juros de 98,5% do CDI.

i) Debêntures Aplicação/Emissão

Regulamento BB POLO 28 Fundo de Investimento Renda Fixa com longo prazo de crédito privado.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Adicionalmente a Companhia realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em sua área de concessão (consumidores cativos), com valores definidos através de tarifas reguladas pela ANEEL.

A Administração da Companhia entende que as operações comerciais realizadas com partes relacionadas estão em condições usuais de mercado.

27.1 Remunerações da administração

A remuneração total dos administradores da Companhia para o trimestre findo em 30 de setembro de 2013 foi de R\$ 1.982 (R\$ 1.370 em 2012), a qual é considerada benefício de curto prazo. A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

29. GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

Em atendimento à Deliberação CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, que aprovou os Pronunciamentos Técnicos CPC 38, 39 e 40 e à Instrução CVM nº 604, de 19 de novembro de 2009, a Companhia efetuou uma avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos.

Considerações gerais e políticas financeiras:

A administração dos riscos financeiros da Companhia segue o proposto na Política Financeira do Grupo que foi aprovada pelo Conselho de Administração da holding. Dentre os objetivos dispostos na Política estão: proteção de 100% da dívida em moeda estrangeira, o financiamento dos investimentos da Companhia com Bancos de Fomento, alongamento de prazos, desconcentração de vencimentos e diversificação de instrumentos financeiros. Além dessa Política a empresa monitora seus riscos através de uma gestão de controles internos que tem como objetivo o monitoramento contínuo das operações contratadas, proporcionando maior controle das operações realizadas pelas empresas do grupo.

Ainda de acordo com a Política Financeira, a utilização de derivativos tem como propósito único e específico de proteção com relação a eventuais exposições de moedas ou taxas de juros.

Com relação às aplicações financeiras, a Companhia segue a Política de Crédito do Grupo que estabelece limites e critérios para avaliação e controle do risco de crédito ao qual a empresa pode estar exposta. De acordo com essa política, a seleção das instituições financeiras considera a reputação das instituições no mercado e as operações são realizadas ou mantidas apenas com emissores que possuem rating considerado estável ou muito estável.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Gestão do capital social

A Companhia promove a gestão de seu capital através de políticas que estabelecem diretrizes qualitativas aliadas a parâmetros quantitativos que visam a monitorar seu efetivo cumprimento.

A gestão do capital consiste em estabelecer níveis de alavancagem que maximizam valor para a empresa, considerando o benefício fiscal da dívida, o custo de endividamento e todos os diversos aspectos envolvidos na definição da estrutura ótima de capital.

Não houve alterações dos objetivos, políticas ou processos durante o período findo em 30 de setembro de 2013.

Em 30 de setembro de 2013, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

- Caixa e equivalentes de caixa – são valores classificados como mantido para negociação e registrados nos balanços patrimoniais com variações no resultado.
- Títulos e valores mobiliários – Ativos financeiros destinados para garantias de empréstimos, financiamentos e leilões de energia são classificados como mantidos até o vencimento e registrados contabilmente pelo custo amortizado. Além disso, os títulos e valores mobiliários também representam os fundos exclusivos compostos por papéis com vencimentos no longo prazo, sendo registrados, a valor justo por meio do resultado, e classificados como destinados para negociação imediata.
- Contas a receber de clientes e outros – decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como empréstimos e recebíveis, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Fornecedores – decorrem diretamente das operações da Companhia e são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo.
- Empréstimos, financiamentos e debêntures:

O principal propósito desse instrumento financeiro é gerar recursos para financiar os programas de expansão da Companhia e eventualmente gerenciar as necessidades de seus fluxos de caixa no curto prazo.

- ✓ Empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC) é considerado como item objeto de hedge, e está contabilizado pelo seu valor justo.
- ✓ Demais empréstimos, financiamentos em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Os valores de mercado destes empréstimos são equivalentes aos seus valores contábeis. Trata-se de

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

instrumentos financeiros com características oriundas de fontes de financiamento específicas para financiamento de investimentos em distribuição de energia, com custos subsidiados, atrelados à TJLP – Taxa de Juros do Longo Prazo ou com taxas pré-fixadas, e do capital de giro da Companhia, com custos atrelados à CDI – Certificado de Depósito Interbancário.

- ✓ Debêntures em moeda nacional – são classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais, e atualizados pela taxa efetiva de juros da operação. Para fins de divulgação, as debêntures tiveram seus valores de mercado calculados com base em taxas de mercado secundário da própria dívida ou dívida equivalente, divulgadas pela ANDIMA, sendo utilizado como projeção dos seus indicadores as curvas da BM&F em vigor na data do balanço.
- ✓ Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira são considerados como itens objeto de hedge, e estão contabilizados pelos seus valores justos.
- Instrumentos financeiros derivativos
 - ✓ Operações com derivativos para proteção contra variações cambiais – têm por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e moeda nacional indexada a variação cambial, sem nenhum caráter especulativo.
 - ✓ Operação com derivativo para troca de taxa de juros – consiste na troca do resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada, equivalente aos juros de um empréstimo, pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de percentual da taxa DI, sem nenhum caráter especulativo.

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, recalculados ao seu valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o derivativo for designado como um instrumento de hedge accounting. Embora a Companhia faça uso de derivativos com o objetivo de proteção, ela não aplica a chamada contabilização de hedge (hedge accounting).

A Companhia não possui outros instrumentos financeiros derivativos, reconhecidos ou não como ativo ou passivo no balanço patrimonial, tais como contratos futuros ou opções (compromissos de compra ou venda de moeda estrangeira, índices ou ações), contratos a termo ou qualquer outro derivativo, inclusive aqueles denominados "exóticos".

O quadro a seguir apresenta os valores dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 e o nível de mensuração do valor justo por meio do resultado, de acordo com a CPC 40:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	Categoria	Ativos (Passivos)			
		30/09/13		31/12/12	
		Contábil	Mercado	Contábil	Mercado
Caixa e equivalentes de caixa		160.541	160.541	192.602	192.602
Titulos e valores mobiliários		11.966	11.966	9.564	9.564
Contas a receber de clientes e outros		750.075	750.075	923.455	923.455
Passivo					
Fornecedores		(306.689)	(306.689)	(374.482)	(374.482)
Empréstimos em moeda nacional Banco do Brasil (NCC)	Nível 2	(216.857)	(216.857)	(208.350)	(208.350)
Demais empréstimos e financiamentos em moeda nacional	-	(627.168)	(627.168)	(568.957)	(568.957)
Debêntures em moeda nacional	Nível 1	(373.234)	(373.744)	(463.049)	(463.049)
Empréstimos, financ e debêntures em moeda estrangeira	Nível 2	(5.612)	(5.612)	(5.789)	(5.789)
Instrumentos financeiros derivativos	Nível 2	20.454	20.454	22.178	22.178

CPC 40 Níveis de hierarquia do valor justo:

- Nível 1 – Mercado Ativo: Preço cotado (sem ajustes) em mercado;
- Nível 2 – Sem Mercado Ativo: outros dados além dos cotados em mercado (Nível 1) que podem precificar as obrigações e direitos, direta (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços); e
- Nível 3 – Sem Mercado Ativo: dados para precificação não presentes em mercado.

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando swap euro para CDI e troca de taxa de juros utilizando swap de taxa pré-fixada para CDI, conforme descrito a seguir:

- ✓ Foram contratadas operações de “hedge” para a totalidade do endividamento com exposição cambial, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira.
- ✓ Foi contratada operação de “hedge” para o empréstimo em moeda nacional Banco do Brasil (NCC), de forma que o resultado financeiro apurado pela aplicação de taxa pré-fixada seja trocado pelo resultado financeiro apurado pela aplicação, sobre o mesmo valor, de 99,5% da taxa DI.

A política da Companhia não permite a contratação de derivativos exóticos, bem como a utilização de instrumentos financeiros derivativos com propósitos especulativos.

Os contratos de derivativos, considerados instrumentos de hedge, vigentes em 30 de setembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012 são:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Descrição	Contraparte	Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência				Valor Justo		Efeito acumulado	
					Moeda Estrangeira		Moeda Local		30/06/12	31/12/12	30/09/13	Valora receber/recebido - a pagar/pago
					30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12				
Contratos de swaps:												
Swap												
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/26	Euro + 2% a.a	EUR 301	EUR 325	R\$ 907	R\$ 837	944	930		
Passiva				72,5% do CDI			R\$ 767	R\$ 785	767	748		
									177	182	177	
Swap												
Ativa	Banco Citibank	30/06/08	30/06/16	Euro + 4% a.a	EUR 1.458	EUR 1.966	R\$ 4.401	R\$ 4.534	4.533	4.857		
Passiva				92% do CDI			R\$ 3.713	R\$ 4.251	3.714	4.260		
									819	597	819	
Swap												
Ativa	Banco do Brasil	06/05/10	14/04/14	12,16 a.a	-	-	R\$ 214.218	R\$ 196.552	216.861	208.356		
Passiva				99,5% do CDI			R\$ 197.403	R\$ 186.958	197.403	186.957		
									19.458	21.399	19.458	
Total									20.454	22.178	20.454	

Os derivativos e respectivos itens objeto de proteção foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado à proteção foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de risco

- Riscos financeiros
 - ✓ Risco de variação cambial

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 30 de setembro de 2013, operações de “hedge” cambial, representando 100% do endividamento com exposição cambial.

No trimestre findo em 30 de setembro de 2013 a Companhia apurou um resultado negativo nas operações de “hedge” cambial no montante de R\$ 1.690 (R\$ 10.782, resultado positivo em 30 de setembro de 2012).

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade do risco da variação da taxa de câmbio do dólar no resultado da Companhia, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

Para a análise de sensibilidade dos instrumentos financeiros derivativos a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar os passivos com exposição à flutuação das taxas de câmbio e seus respectivos instrumentos derivativos registrados no balanço patrimonial. Como 100% das dívidas em moeda estrangeira estão protegidas por swaps, o risco de variação cambial é nulo, conforme demonstrado no quadro a seguir:

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
Dívida em Euro	Alta do Euro	(9)	(11)	(13)
Swap Ponta Ativa em Euro	Queda do Euro	9	11	13

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte, considerando no cenário provável a projeção de taxa de câmbio divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Os derivativos para proteção contra a variação cambial são mensurados pelo valor justo e seus ajustes são reconhecidos no resultado financeiro da Companhia.

✓ Risco de taxas de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativas às aplicações financeiras da Companhia. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer “swap” contra este risco, porém, monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

A Companhia possui, em 30 de setembro de 2013, aplicações financeiras atreladas ao CDI, bem como contratos de empréstimos e financiamentos atrelados ao CDI e à TJLP. Além desses contratos, como mencionado no item “Risco de variação cambial”, a empresa possui swaps para cobertura das dívidas em moeda estrangeira, trocando a exposição à variação do Euro pela exposição à variação do CDI. Desta forma, o risco da Companhia referente a essas operações passa a ser a exposição à variação do CDI.

A Companhia possui contratos corrigidos por taxas pré-fixadas no montante de R\$ 148.978 registrados pelo valor contábil, considerando que contrato do BB Agro no montante de R\$ 197.399, possui operação de Swap atrelada ao CDI. Alterações nas taxas de juros não influenciam o resultado decorrente desses contratos, por este motivo não foram considerados na análise de sensibilidade.

A análise de sensibilidade demonstra os impactos no resultado da Companhia de uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes.

A tabela abaixo demonstra a perda (ganho) que poderá ser reconhecida no resultado da Companhia no trimestre seguinte, caso ocorra um dos cenários apresentados abaixo.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

R\$ Mil				
Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras em CDI	Queda do CDI	10.434	7.826	5.217
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
Dívidas em CDI	Alta do CDI	(28.427)	(35.534)	(42.641)
Dívida em TJLP	Alta da TJLP	(20.679)	(23.875)	(27.071)
Swap Ponta Passiva em CDI	Alta do CDI	(11.208)	(14.010)	(16.812)

Para o cálculo dos valores nos cenários acima, foram projetados os encargos e rendimentos para o trimestre seguinte. Para os encargos de dívida foi considerada, no cenário provável, a projeção de taxa de juros divulgada pela BM&FBOVESPA para o período. No cenário II esta projeção foi majorada em 25% e no cenário III a curva foi majorada em 50% em relação ao cenário provável.

Para os rendimentos das aplicações financeiras, foi considerada a projeção do CDI da BM&FBOVESPA para o período no cenário provável, uma redução de 25% no CDI projetado para o cenário II e uma redução de 50% para o cenário III.

✓ Risco de liquidez

O risco de liquidez é caracterizado pela possibilidade da Companhia não honrar com seus compromissos no vencimento. Este risco é controlado, através de um planejamento criterioso dos recursos necessários às atividades operacionais e à execução do plano de investimentos, bem como das fontes para obtenção desses recursos. O permanente monitoramento do fluxo de caixa da empresa, através de projeções de curto e longo prazo, permite a identificação de eventuais necessidades de captação de recursos, com a antecedência necessária para a estruturação e escolha das melhores fontes.

A Política Financeira adotada pela Companhia busca constantemente a mitigação do risco de liquidez, tendo como principais pontos o alongamento de prazos dos empréstimos e financiamentos, desconcentração de vencimentos, diversificação de instrumentos financeiros e o hedge da dívida em moeda estrangeira.

Havendo sobras de caixa são realizadas aplicações financeiras para os recursos excedentes com base na Política de Crédito do Grupo Neoenergia, com o objetivo de preservar a liquidez e mitigar o risco de crédito (atribuído ao rating das instituições financeiras). As aplicações da Companhia são concentradas em fundos exclusivos para as empresas do Grupo, e têm como diretriz alocar ao máximo os recursos em ativos com liquidez diária.

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Em 30 de setembro de 2013 a Companhia mantinha um total de aplicações no curto prazo de R\$ 165.534, sendo R\$ 159.682 em fundos exclusivos e R\$ 5.852 em outros ativos, além de R\$ 22.546 de aplicações vinculadas no longo prazo.

A tabela abaixo demonstra o valor contábil dos fluxos de obrigações da Companhia, com empréstimos, financiamentos, debêntures e fornecedores, por faixa de vencimento, correspondente ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	2013	2014 e 2015	2016 a 2018	2018
	Menos de 1 ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Circulante				
Fornecedores	279.155	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	439.809	-	-	-
Debêntures	13.701	-	-	-
Instrumentos Derivativos	(19.565)	-	-	-
Não Circulante				
Fornecedores	-	-	-	27.534
Empréstimos e Financiamentos	-	141.371	237.755	30.702
Debêntures	-	143.675	215.858	-
Instrumentos Derivativos	-	(488)	(222)	(179)

- Riscos operacionais

- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis (“covenants” financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas n^{os} 16 e 17).

- ✓ Risco quanto à escassez de energia

Notas Explicativas

COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO – CELPE
 NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS
 EM 30 DE SETEMBRO DE 2013
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidroelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de encargos do sistema em decorrência do despacho das usinas termoeletricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico – ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

30. ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

Durante o trimestre, findo em 30 de setembro de 2013, a Companhia efetuou contribuições a CELPOS no montante de R\$ 11.830 (R\$ 14.108 em 31 de dezembro de 2012).

Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Circulante		Não Circulante	
	30/09/13	31/12/12	30/09/13	31/12/12
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	13.617	13.087	125.123	129.942
	<u>13.617</u>	<u>13.087</u>	<u>125.123</u>	<u>129.942</u>
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	239.363	217.205
Participação ativos	1.286	2.337	-	-
Desligados PDV	488	874	111	159
	<u>1.774</u>	<u>3.211</u>	<u>239.474</u>	<u>217.364</u>
Total	<u>15.391</u>	<u>16.298</u>	<u>364.597</u>	<u>347.306</u>

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Energética de Pernambuco – CELPE

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Companhia Energética de Pernambuco – CELPE (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR referente ao trimestre findo em 30 de setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e de nove meses findos nessa data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e com a norma internacional de contabilidade IAS 34 –Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, preparada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada de maneira consistente, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Valores correspondentes do exercício findo em 31 de dezembro de 2011

Os valores correspondentes ao balanço patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 apresentados na Nota 2.3 foram alterados em decorrência dos assuntos mencionados na referida Nota. O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e os respectivos ajustes de reapresentação foram auditados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 16 de agosto de 2013, sem ressalva.

Recife, 30 de outubro de 2013

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5 "F" PE

Leandro Mauro Ardito
Contador CRC 1SP188307/O-0 "S" PE